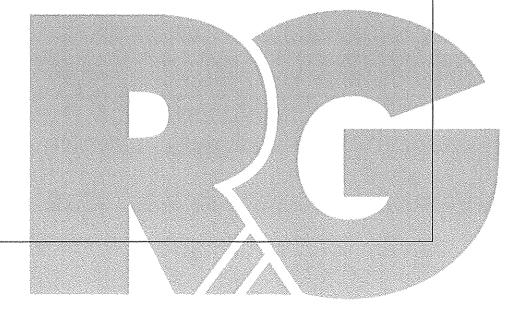


MUNICÍPIO DE ESTREMOZ

RELATÓRIO SEMESTRAL

À DATA DE 30 DE JUNHO DE 2016





ÍNDICE

I – I	NTRODUÇÃO	3
II – Å	ÂMBITO	3
III –	TRABALHOS EFETUADOS	3
A – A	ANÁLISE ORÇAMENTAL	£
1.	Orçamento	5
a)	Orçamento inicial	,4
b)	Receita	
c) d)	Despesa	
e)	Equilibrio orçamental	
f)	Compromissos do exercício e futuros	9
2.	Plano Plurianual de Investimento	10
3.	Ações mais relevantes.	10
B - A	ANÁLISE PATRIMONIAL	1
1,	Balanço	11
۱.	Ativo	1
a) b)	Fundo Patrimonial	
c)	Passivo	
2.	Demonstração dos Resultados	1
C – .	ANÁLISE DAS PRINCIPAIS CONTAS	14
1.	Classe 4 – IMOBILIZADO.	14
	Bens de Dominio Público	
a) b)	Imobilizações incorpòreas.	
c)	Imobilizações Corpóreas	1
d)	Investimentos Financeiros	10
e)	Imobilizações em curso	
f)	•	
2.	Classe 3 – COMPRAS E EXISTÈNCIAS	
3.	Classe 2 – CONTAS A RECEBER	18
4.	Classe 1 - DISPONIBILIDADES	20
5.	Conta 27 – ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS - ATIVOS	
6.	Classe 5 – FUNDOS PRÓPRIOS	2
7.	Classe 2 – DÍVIDAS A PAGAR	2
8.	Conta 29 – PROVISÕES.	2
9.	Conta 27 – ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS - PASSIVO	20
10.	Custos e Perdas	2
a)	Conta 61 – CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	
b)	Conta 62 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2
c)	Conta 63 – TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES	
d) e)	Conta 65 - OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS	
f)	Conta 68 – CUSTOS E PERDAS FINANCEIROS	3
g)	Conta 69 – CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	3

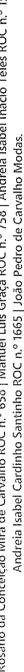




ROSÁRIO, GRAÇA & ASSOCIADOS SROC, LDA.

11.	. Proveitos e Ganhos	32
a)	Conta 71 – VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	32
b)	Conta 72 – IMPOSTOS E TAXAS	33
c) d)	Conta 74 – TRANSFERENCIAS E SUBSIDIOS OBTIDOS Conta 78 – PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	
e)		34
IV -	- CONTABILIDADE DE CUSTOS	35
٧-	- SITUAÇÃO ECONÓMICO - FINANCEIRA	35
a)	Indicadores de Gestão	35
b)	Endividamento/Divida Total	36
c)	Prazo Médio de Pagamento	38
VI –	- CONCLUSÕES	38
VII -	- FACTOS RELEVANTES E OU OCORRIDOS APÓS O TERMO DE 30/06/2016	40
VIII	I – AGRADECIMENTOS	42







MUNICÍPIO DE ESTREMOZ

RELATÓRIO SEMESTRAL

1º SEMESTRE DE 2016

I - INTRODUÇÃO

Em conformidade com o previsto na alínea d), do nº2, do artigo 77°, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, cumpre-nos apresentar o nosso relatório sobre a situação económica e financeira do Município de Estremoz, à data de 30 de junho de 2016.

II - ÂMBITO

Com base no trabalho efetuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afetem a sua conformidade com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro aplicáveis.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Em consequência do trabalho efetuado, emitimos nesta data o respetivo relatório semestral.

III - TRABALHOS EFETUADOS

Os trabalhos desenvolvidos assentaram em metodologia específica inerente aos trabalhos de auditoria, tendo a mesma sido planeada com definição da estratégia de auditoria, de procedimentos e verificações englobando:

Aspetos de natureza legislativa, com especial relevo para a Lei nº 73/2013, de 3 de setembro e Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

A primeira com entrada em vigor em 1 de janeiro do ano de 2014, suporta o normativo inerente à Lei das Finanças Locais, já que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais e a segunda com entrada em vigor ainda no exercício de 2013, veio estabelecer o regime jurídico das autarquias locais, aprovando o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e por fim, aprovando o regime jurídico do associativismo autárquico.

- Recolha e análise de informação, suportada num conjunto de mapas, devidamente construídos para efeitos de análise;
- Utilização de check list de verificação da coerência entre os vários documentos que integram a informação contabilistica;





- Realização de entrevistas com dirigentes e outros trabalhadores da entidade, com base em questionários destinados a validar os aspetos mais relevantes do sistema de controlo interno;
- Apreciação do apuramento dos fundos disponíveis e pagamentos em atraso;
- Apreciação do equilíbrio orçamental e endividamento;
- Execução de procedimentos de reconciliação com entidades terceiras;
- Efetivação de testes de conformidade e substantivos;
- Leitura das atas das reuniões de Câmara Municipal e Assembleia Municipal.

O presente relatório encerra, no essencial, e sem que contenha a profundidade e extensão da informação financeira prestada no final de cada exercício económico, uma apreciação síntese da execução orçamental e da já referida situação económica e financeira do Município.

As quantias das demonstrações financeiras, bem como a informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos, que foram objeto de recolha decorrente do nosso trabalho, nomeadamente balancetes, extratos de conta, mapas de gestão e mapas de execução orçamental.

Todos os valores apresentados no relatório encontram-se expressos em euros, com comparabilidade das contas do balanço, entre o 1º semestre de 2016, face ao ano de 2015, enquanto a comparabilidade da demonstração dos resultados se reporta ao 1º semestre de 2016 e período homólogo do ano anterior.

O Regime Juridico das Autarquias Locais, publicado em anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, dispõe na alínea c), do nº 2, do artigo 25º que compete à Assembleia Municipal:

Apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do presidente da câmara municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do municipio, a qual deve ser enviada ao presidente da assembleia municipal com a antecedência minima de cinco dias sobre a data do inicio da sessão.

Aquele normativo conjugado com o nº 4, do artigo 35º, do anexo da mesma Lei, prevê ainda que o Presidente da Câmara Municipal deve apresentar na referida informação escrita os factos seguintes:

Da informação prevista na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º devem constar o saldo e o estado das dividas a fornecedores e as reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes, com indicação da respetiva fase e estado.

Propõe-se o reporte de informação nos termos da legislação referida.





A - ANÁLISE ORCAMENTAL

A contabilidade orcamental visa fundamentalmente o registo e o controlo da execução do orçamento, quer no que se refere às operações relativas à execução orçamental, quer à execução de direitos e obrigações de exercícios anteriores, quer quanto a compromissos assumidos cuja despesa e pagamento devam ocorrer em exercícios futuros.

Nas contas de controlo orçamental, são registadas as operações contabilísticas correspondentes à execução do orçamento até ao momento em que são criados os débitos ou créditos relativamente a terceiros, articulando-se com a contabilidade patrimonial através da conta #25 - Devedores e credores pela execução do orçamento, da classe 2 -Terceiros, do Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais (POCAL).

Relativamente ao ano de 2016, solicitaram-se os mapas relativos ao orcamento inicial e suas modificações, bem como os mapas de execução à data de 30 de junho, das Grandes Opções do Plano, do Plano Plurianual de Investimento e das Ações mais relevantes.

Foram ainda requeridos para a data do relatório (30 de junho de 2016), os mapas de execução orçamental da receita e da despesa, de modo a verificar a sua correspondência com as rubricas patrimoniais.

Todos os mapas de execução acima referidos deverão permitir o controlo da execução orçamental, sendo que os mesmos são produzidos informaticamente pelo sistema através do apuramento de lançamentos contabilísticos efetuados no decorrer do exercício e para o período em análise.

Orçamento

Orçamento inicial

Nos exercícios de 2012 a 2016, o orçamento inicial tem vindo a comportar-se conforme se apresenta, refletindo face a 2012 uma redução em cerca de 16 milhões de euros.

		PRE	VISIONAL INICIA	L	Becker Carl				
RECEITAS	2012	2013	2014	2015	2016	VARIAÇÃO 2016/2015	VARIAÇÃO 2016/2014	VARIAÇÃO 2016/2013	VARIAÇÃO 2016/2012
Correntes	11 918 194	13 991 576	11 368 001	11 106 122	11 028 741	-77 381	-339 260	-2 962 835	-889 453
Capital	17 790 167	9 980 657	3 109 176	2 892 718	2 930 718	38 000	-178 458	-7 049 939	-14 859 449
Outras	5	5	5				-5	-5	-5
TOTAL	29 708 366	23 972 238	14 477 182	13 998 840	13 959 459	-39 381	-517 723	-10 012 779	-15 748 907
		PRE	VISIONAL INICIA	L	Males Tenie				
DESPESAS	2012	2013	2014	2015	2015	VARIAÇÃO 2016/2015	VARIAÇÃO 2016/2014	VARIAÇÃO 2016/2013	VARIAÇÃO 2016/2012
Correntes	11 912 254	12 306 346	10 787 819	9 913 400	10 057 191	143 791	-730 628	-2 249 155	-1 855 063
Capital	17 796 112	11 665 892	3 689 363	4 085 440	3 902 268	-183 172	212 905	-7 763 624	-13 893 844
TOTAL	29 708 366	23 972 238	14 477 182	13 998 840	13 959 459	-39 381	-517 723	-10 012 779	-15 748 907







À data de 30 de junho de 2016, as modificações orçamentais, perfazem o valor de cerca de 907 mil euros, atingindo o orçamento corrigido o valor de cerca de 14.866 mil euros.

SIONAL	PREVIS	
CORRIGIDO	INICIAL	
A 2016	1° SEM 2016	
14 866 027	13 959 459	
	M 2016	

68

Receita

No 1º semestre de 2016, podemos verificar que nas receitas o grau de execução é de 57,13%, representando a receita corrente 49,07 % e a receita de capital 75,56%.

					PREVISIONAL		
					INICIAL	CORRIGIDO	
RECEITAS	2012	2013	2014	2015	2016	1° SEM 2016	1° SEM 2016
Correntes	7 974 536	10 224 450	10 686 085	11 065 759	11 028 741	11 104 993	5 449 707
Capital	8 125 974	6 324 806	991 119	3 133 835	2 930 710	2 939 854	2 221 234
Outras	4 089	4 544	11 436	196 405	8	821 180	822 511
TOTAL	16 104 599	16 553 800	11 688 640	14 395 999	13 959 459	14 866 027	8 493 452
GRAU DE EXECUÇÃO	54,21%	67,99%	86,66%	96,75%			57,13%
Corrente	66,91%	73,08%	94,00%	99,64%			49,07%
Capital	47,05%	63,37%	49,04%	87,49%			75,56%
Outras	0,79%	1,21%	11,67%	102,49%			100,16%

Em 2014 e 2015, a execução da receita atingiu um rácio acima dos 85%, atualmente considerado como referência para situações de alerta precoce de desvios, nos termos do disposto no artigo 56°, nº 3, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, normativo que enquadra a Lei das Finanças Locais e que se encontra em vigor desde 1 de janeiro de 2014.

O total das receitas cobradas líquidas ascendeu ao montante de 8.493.452€, discriminado da seguinte forma:

	DOTAÇÃO DOTAÇÃO INICIAL CORRIGIDA		1° SEM 2016	
	INICIAL 2016	1°SEM 2016	VALOR	%
RECEITA CORRENTE	11 028 741	11 104 993	5 449 707	49,07%
Impostos directos				
- IMI	1 074 352	1 074 352	643 088	59,86%
- IUC	264 655	264 655	111 383	42,09%
- IMT	247 842	247 842	195 239	78,78%
- Derrama	106 945	106 945	15 939	14,90%
- Impostos directos diversos	5	5		
Impostos indirectos	74 376	74 376	52 895	71,12%
Taxas, multas e outras penalidades	249 018	249 018	82 596	33,17%
Rendimentos de propriedades	732 650	732 650	257 555	35,15%
Transferências correntes	6 806 167	6 882 419	3 284 298	47,72%
Venda de bens e prestação de serviços	1 364 259	1 364 259	659 231	48,32%
Outras receitas correntes	108 472	108 472	147 482	135,96%
RECEITA DE CAPITAL	2 930 710	2 939 854	2 221 234	75,56%
Venda de bens de investimento	27 204	27 204	64 380	236,65%
Transferências de capital Activos financeiros	1 177 496	1 186 640	456 854	38,50%
Passivos financeiros	1 700 000	1 700 000	1 700 000	100,00%
Outras receitas de capital	26 010	26 010		
OUTRAS RECEITAS	8	821 180	822 511	100,16%
Reposições não abatidas aos pagamentos Saldo da gerência anterior	8	8 821 172	1 339 821 172	16739,63% 100,00%
TOTAL GERAL	13 959 459	14 866 027	8 493 452	57,13%





Despesa

Quanto à despesa a mesma assume um grau de execução de 43,87%, com a despesa corrente com um grau de execução de 47,74% e a despesa de capital em 36,02%.

					PREVIS		
					INICIAL	CORRIGIDO	
DESPESAS	2012	2013	2014	2015	2016	1° SEM 2016	1° SEM 2016
Correntes	9 209 553	10 690 919	9 786 941	9 505 599	10 057 191	9 957 839	4 753 866
Capital	7 054 432	6 213 627	1 832 084	4 080 581	3 902 268	4 908 188	1 767 988
TOTAL	16 263 985	16 904 545	11 619 025	13 586 180	13 959 459	14 866 027	6 521 854
GRAU DE EXECUÇÃO	54,75%	69,43%	86,15%	91,31%		[43,87%
Corrente	77,31%	86,87%	90,55%	95,81%			47,74%
Capital	39,64%	51,60%	68,39%	82,30%			36,02%

A despesa paga atingiu o montante de 6.521.854€, seguindo a seguinte estrutura:

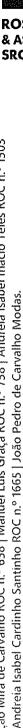
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO CORRIGIDA	1° SEM 2016	
	INICIAL 2016	1° SEM 2016	VALOR	%
DESPESA CORRENTE	10 057 191	9 957 839	4 753 866	47,74%
Despesas com pessoal	3 855 854	3 829 130	1 847 138	48,24%
Aquisição de bens e serviços	4 702 611	4 730 151	2 265 052	47,89%
Juros e outros encargos	188 554	178 554	82 162	46,02%
Transferências correntes	1 076 208	1 001 769	490 065	48,92%
Subsídios	4	4		
Outras despesas correntes	233 960	218 231	69 450	31,82%
DESPESA DE CAPITAL	3 902 268	4 908 188	1 767 988	36,02%
Aquisição de bens de capital	2 867 048	3 855 918	1 279 960	33,19%
Transferências de capital	57 312	74 362	28 425	38,23%
Ativos financeiros	83 628	83 628	41 812	50,00%
Passivos financeiros	713 280	713 280	356 906	50,04%
Outras despesas de capital	181 000	181 000	60 886	33,64%
TOTAL GERAL	13 959 459	14 866 027	6 521 854	43,87%

Fundos disponíveis

Foi compilada a informação reportada mensalmente para o portal autárquico, quanto aos fundos disponíveis e compromissos assumidos a qual em termos agregados se apresenta no quadro seguinte, verificando-se fundos disponíveis sempre positivos.

	FUNDOS DISPONÍVEIS ESTIMADOS	COMPROMISSOS ASSUMIDOS	FUNDOS DISPONÍVEIS APÓS COMPROMISSOS	COMPROMISSOS ASSUMIDOS PAGAMENTOS	COMPROMISSOS ASSUMIDOS POR PAGAR
JANERO	7.758.503	3.935.423	3.823.080		3.935.423
FEV EREIRO	8.375.726	6.847.037	1.528.689	842.367	6.004.669
MARÇO	9.391.969	7.578.197	1.813.771	1.628.769	5.949.429
ABRIL	10.867.692	8.535.841	2.331.851	2.839.350	5.696.492
MAIO	11.443.394	10.856.289	587.106	3.918.376	6.937.913
JUNHO	12.203.859	11.443.276	760.583	5.393.086	6.050.191







Equilíbrio orçamental

A partir de 1 de janeiro de 2014, face ao exposto no art.º 40°, da nova lei das finanças locais, o apuramento do equilibrio orçamental, assenta nas seguintes premissas:

> Receita corrente bruta cobrada Despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo

O cálculo das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo foi apurado nos termos do previsto no nº 4, do artigo 40°, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 83° da mesma Lei, conforme segue:

BASE	PARA	AMORT. MÉDIAS	;
2013	2014	703.766,07	
2013	2015	703.766,07	
2013	2016	422.716,37	(a)

Na sequência deste apuramento, apresentamos os seus efeitos para os anos 2014, 2015 e junho de 2016.

		31-12-2014	31-12-2015	30-06-2016
1.	Receita corrente bruta cobrada	10.710.077	11.077.112	5,454,443
2.	Despesa corrente	9.786.941	9.505.599	4.753.866
3.	Amortização média de emp.M/L.Prazo	703.766	703.766	422.716
l. = 2. + 3.	TOTAL	10.490.707	10.209.365	5.176.583
5. = 1 4.	EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	219.370	867,747	277.860
6.	Receita corrente líquida (1)	10.686.085	11.065.759	5.449.707
= 6. x 5%	5% do valor da receita corrente totais	534,304	553.288	272.485
	(art.º 40.º, n.º3)			
8. = 5. + 7.	Em cumprimento no equilibrio orçamental	753.674	1.421.035	550.346

⁽¹⁾ Considerada como as receitas correntes totais Todavia o SATAPOCAL considera o indicado definido em 1. acima.

Face aos valores apurados para o cálculo do equilibrio orçamental para os períodos identificados, concluímos verificar-se cumprimento quanto ao equilíbrio nos períodos considerados. No 1º semestre de 2016, o valor é positivo, na ordem dos 550 mil euros. Todavia dado que nos encontramos ainda na avaliação do 1º semestre, recomenda-se o acompanhamento permanente deste indicador.





1° SEM 2016



f) Compromissos do exercício e futuros

De forma a dar cumprimento ao estipulado no POCAL e em termos de consolidação de informação para efeitos de elaboração dos orçamentos de anos futuros, recomenda-se o registo da totalidade dos compromissos futuros uma vez que no balancete à data de 30/06/2016, não se encontra registado qualquer valor para os exercícios seguintes a 2019.

		1° SEM	2016	
	2017	2018	2019	ANOS SEGUINTES
Despesas com o pessoal				
Aquisição de bens e serviços	385 956,87	15 498,00		
Juros e outros encargos	163 743,91	138 250,01	507 133,96	
Transferências correntes				
Outras despesas correntes				
Aquisição de bens de capital	262 277,98	272 682,60	534 502,60	
Transferências de capital				
Ativos financeiros				
Passivos financeiros	792 336,29	866 131,55	5 336 304,84	
Outras despesas de capital	121 771,20	121 770,97		
TOTAL	1 726 086,25	1 414 333,13	6 377 941,40	-

TOTAL GERAL 9 518 360,78

Quanto aos compromissos assumidos no ano e não pagos, perfazem o montante de 5.676.416,74€, discriminado como se segue:

		COMPROSSIMO	S ASSUMIDOS				
		ASSUMIDOS NO ANO	ASSUMIDOS P/FUTUROS	TOTAL	PAGOS	P/PAGAR DO ANO	EXERCÍCIOS FUTUROS
	Despesas com o pessoal	3 260 967,72		3 260 967,72	1 847 137,73	1 413 829,99	
	Aquisição de bens e serviços	3 826 231,31	401 454,87	4 227 686,18	2 265 052,24	1 561 179,07	401 454,87
2010	Juros e outros encargos	175 871,45	809 127,88	984 999,33	82 161,73	93 709,72	809 127,88
4	Transferências correntes	858 847,40		858 847,40	490 064,66	368 782,74	
蓍	Outras Despesas Correntes	164 378,25		164 378,25	69 450,10	94 928,15	
5	Aquisição de bens de capital	2 895 709,27	1 069 463,18	3 965 172,45	1 279 960,02	1 615 749,25	1 069 463,18
	Transferências Capital	74 291,04		74 291,04	28 425,02	45 866,02	
13	Ativos Financeiros	83 623,00		83 623,00	41 811,50	41 811,50	
34	Passivos financeiros	711 797,92	6 994 772,68	7 706 570,60	356 905,59	354 892,33	6 994 772,68
	Outras despesas de capital	146 553,57	243 542,17	390 095,74	60 885,60	85 667,97	243 542,17
	TOTAL	12 198 270,93	9 518 360,78	21 716 631,71	6 521 854,19	5 676 416,74	9 518 360,78







Plano Plurianual de Investimento

Quanto ao PPI o mesmo apresenta um grau de execução anual (1º semestre) de 33,29% e global de 60,51%.

			10	SEM 2016				
	MONT	ANTE PREVISTO		MONTA	ANTE EXEC	JTADO	GRAU D	EEXECUÇÃO
	ANO	ANOS SEGUINTES	TOTAL	ANTERIOR	ANO	TOTAL	ANUAL	GLOBAL
FUNÇÕES GERAIS	493 905	611 948	1 105 853	4 481 429	133 185	4 614 614	26,97	82,59
- Administração Geral	443 763	487 023	930 786	4 047 128	124 685	4 171 814	28,10	83,81
- Proteção Civil e luta contra incêndios	50 142	124 925	175 067	434 301	8 500	442 801	16,95	72,67
FUNÇÕES SOCIAIS	303 419	3 430 065	3 733 484	7 256 999	96 852	7 353 851	31,92	66,91
- Ensino não superior	17 826	16 503	34 329	444 462	1 120	445 582	6,28	93,06
- Ação social	9 001	3	9 004	187 214	9 000	196 214	99,99	100,00
- Ordenamento do território	158 478	295 015	453 493	1 307 650		1 307 650	-	74,25
- Saneamento	50 007	600 002	650 009	2 501 268	31 302	2 532 570	62,60	80,37
- Abastecimento de água	49 308	575 002	624 310	1 257 023	40 916	1 297 939	82,98	68,99
- Resíduos Sólidos	2 276	7 503	9 779	540 476	2 273	542 749	99,87	98,64
- Proteção do meio amb.cons.natureza	10	126 799	126 809	144 411		144 411	0,00	53,24
- Cultura	8 469	1 603 232	1 611 701	422 307	4 225	426 532	49,89	20,97
- Desporto, recreio e lazer	1 344	206 006	207 350	440 187	1 316	441 503	97,92	68,18
- Outras actividades cívicas e religiosas	6 700		6 700	12 000	6 700	18 700	100,00	100,00
FUNÇÕES ECONÓMICAS	3 132 942	4 473 483	7 606 425	2 580 209	1 078 347	3 658 557	34,42	35,92
- Industria e energia	2 818 996	1 272 475	4 091 471	937 942	1 064 072	2 002 014	37,75	39,81
- Transportes rodoviários	299 610	1 003	300 613	1 252 020		1 252 020	20	80,64
- Mercados e feiras	14 334	200 005	214 339	390 247	14 275	404 522	99,59	66,91
- Turismo	2	3 000 000	3 000 002					-
OUTRAS FUNÇÕES	1	1	2	1 439 121		1 439 121		100,00
- Transferências entre administrações	1	1	2	1 439 121		1 439 121	-	100,00
TOTAL GERAL	3 930 267	8 515 497	12 445 764	15 757 758	1 308 385	17 066 143	33,29	60,51

Ações mais relevantes

Verifica-se em relação às ações mais relevantes que a sua execução anual (1º semestre) é de 58,12%, onde os montantes totais executados das funções sociais - Serviços auxiliares de ensino (209.470) no ano e (563.817) global assumem a maior relevância, seguido das funções económicas - Mercados e feiras (235.294) no ano e (437.112) a nível global.

				1º SEM	2016			
	МО	NTANTE PRE	/ISTO	MONTA	ANTE EXECUT	ADO	GRAU DE	EXECUÇÃO
	ANO	ANOS SEGUINTES	TOTAL	ANOS ANTERIORES	ANO	TOTAL	ANUAL	GLOBAL
FUNÇÕES GERAIS	51 415		51 415	51 140	32 590	83 730	63,39%	81,64%
- Administração geral	9 500		9 500	9 235	4 741	13 977	49,91%	74,60%
- Proteção Civil e luta contra incêndios	41 915		41 915	41 905	27 849	69 754	66,44%	83,22%
FUNÇÕES SOCIAIS	793 542		793 542	746 027	428 933	1 174 960	54,05%	76,32%
- Ensino não superior	129 164		129 164	167 037	85 004	252 042	65,81%	85,09%
- Serviços auxiliares de ensino	372 187		372 187	354 347	209 470	563 817	56,28%	77,60%
- Ação social	66 910		66 910	55 532	27 577	83 109	41,22%	67,88%
- Ordenamento do território	10		10			0	0,00%	0,00%
- Proteção do meio amb.cons.natureza	70		70			-	0,00%	0,00%
- Cultura	123 741		123 741	100 591	57 274	157 865	46,29%	70,37%
- Desporto, recreio e lazer	101 460		101 460	68 520	49 608	118 128	48,89%	69,50%
- Outras actividades cívicas e religiosas			0			-	9	-
FUNÇÕES ECONÓMICAS	313 373		313 373	201 818	242 212	444 030	77,29%	86,19%
- Industria e energia								-
- Transportes rodoviários							-	-
- Mercados e feiras	306 263		306 263	201 818	235 294	437 112	76,83%	86,03%
- Turismo	7 110		7 110		6 918	6 918	97,30%	97,30%
OUTRAS FUNÇÕES	203 000		203 000	226 781	87 479	314 259	43,09%	73,12%
- Transferências entre administrações	203 000		203 000	226 781	87 479	314 259	43,09%	73,12%
TOTAL GERAL	1 361 330		1 361 330	1 225 767	791 213	2 016 980	58,12%	77,96%







B - ANÁLISE PATRIMONIAL

Balanço

Ativo

O ativo líquido total ascende a 50.275.132,69€, representando o imobilizado cerca de 93% do ativo total.

Código		2012		2013		2014		2015		1º SEM 20	16	Variação
contas	Ativo	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	1° SEM 2016/2015 (%)
POCAL										and the same		2016/2015 (%)
	Imobilizado: Bens de domínio público											
451	Terrenos e recursos naturais	187 377,06	0,36	192 312,87	0,37	204 622,87	0,43	204 622.87	0.43	217 122.87	0.43	6.11
452	Edificios	402 725.05	0,77	402 725,05	0.76	402 725.05	0,85	557 753,31	1,16	557 753,31	1,11	0,11
453	Outras construções e infra-estruturas	52 038 178.99		52 461 850,15	99.65	52 971 848.81	111.22	54 393 767,06		54 393 767,06	108.19	
455	Bens do patrim.hist.,art. e cultural	551 844,09	1.05	628 216,12	1,19	628 216,12	1,32	628 216,12		628 216,12	1,25	1
445	Imobilizações em curso	722 366,66	1,38	738 121,56	1,40	522 982,20	1,10	570 096,96	1,19	1 552 417,57	3,09	172,31
485	Amortizações acumuladas	33 737 082,85	64,45	36 612 529,74	69,55	39 503 884,36	82,94	41 814 248,82	86,92	41 814 248,82	83,17	
		20 165 409,00	38,52	17 810 696,01	33,83	15 226 510,69	31,97	14 540 207,50	30,22	15 535 028,11	30,90	6,84
	Imobilizações incorpóreas:									Mark The Park		
431	Despesas de Instalação	27 063,92	0,05	27 063,92	0,05	0.0000 0.00000000				2000	The state of the s	100000
432	Despesas de invest.e de desenvolvimento	402 985,05	0,77	423 680,35	0,80	281 465,59	0,59	756 246,39	1,57	761 473,89	1,51	0,69
433	Propriedade Ind. Outros Direitos	4 620,19	0,01	4 740,19	0,01	4 863,86	0,01	9 185,77	0,02	9 185,77	0,02	1
443	Imobilizações em curso	124 302,07	0,24	114 268,40	0,22	98 685,55	0,21	46 103,92		46 103,92		
483	Amortizações acumuladas	373 975,67	0,71	379 130,39	0,72	275 860,55	0,58	359 526,44	0,75	359 526,44	0,72	220
		184 995,56	0,35	190 622,47	0,36	109 154,45	0,23	452 009,64	0,94	457 237,14	0,91	1,16
421	Imobilizações corpóreas: Terrenos e recursos naturais	7 255 406,14	13.86	7 688 378.34	14.60	7 681 669,59	16,13	7 678 589,59	15.96	7 657 538.80	15.23	-0.27
422		22 047 829,69	42,12	25 502 646,42	48,44	25 536 762,35	53.62	25 651 956.55		25 526 962,59	50,77	-0,27
423	Edificios e outras construções Equipamento básico	3 204 460,11	6.12	3 262 083,15	6,20	3 302 428,31	6,93	3 902 852,02		3 953 476,84		1,30
424	Equipamento de transporte	1 602 524,23	3.06	1 721 198,94	3.27	1 692 136.09	3.55	1 698 136.09		1 774 334,59		4,49
425	Ferramentas e utensílios	106 584,75	0,20	108 647,18	0,21	110 024,53	0,23	111 494,90	3.500.00	108 799,31	0,22	-2,42
426	Equipamento administrativo	892 817,77	1,71	915 425,02	1,74	925 228,10	1,94	1 008 494,18		1 022 094,86		1.35
429	Outras imobilizações corpóreas	127 829.90	0.24	129 205,60	0.25	129 415,92	0,27	136 883,37	0,28	136 883,37	0,27	1,00
442	Imobilizações em curso	814 323,53	1.56	8 280.00		38 635.94	0.08	100 000,07	0,20	100 000,01	10,20	
482	Amortizações acumuladas	9 220 878,72	17,62	10 181 504,97	19.34	11 041 629,23	23.18	11 953 139,06	24.85	11 911 941,30	23,69	-0.34
1000		26 830 897,40		29 154 359,68	55,38	28 374 671,60	59,58	28 235 267,64	58,69	28 268 149,06	56,23	0,12
	Investimentos financeiros:											
411	Partes de Capital	36 850,00	0,07	36 850,00	0,07	36 750,00	0,08	36 750,00	0,08	36 750,00	0,07	
412	Obrigações e títulos de participação							585 364,03		585 364,03		
414	Investimentos em Imóveis	2 021 917,20	3,86	1 988 497,74	3,78	1 988 497,74	4,18	1 988 497,74		1 988 497,74		
481	Amortizações acumuladas	111 488,64	0,21	117 063,22	0,22	131 824,18	0,28	134 201,10		134 201,10		
491	Provisões para investimentos financeiros					36 750,00	0,08	36 750,00		36 750,00		
	Control Control of Control Control	1 947 278,56	3,72	1 908 284,52	3,62	1 856 673,56	3,90	2 439 660,67	5,07	2 439 660,67	4,85	
	Circulante:											
	Existências:	104 400 45		400 505 00	0.05	440 400 45	0.00	440.000.00	0.04	447 446 50	0.00	26.41
36	Matérias-primas, subsidiarias e de consumo	121 133,15 121 133,15	0,23	183 565,63 183 565,63	0,35	142 130,45 142 130,45	0,30	116 639,60 116 639,60	0,24	147 446,50 147 446,50		26,41
	Divides de terreiros Coste acces	121 133,15	0,23	103 365,63	0,35	142 130,45	0,30	110 033,00	0,24	147 440,50	0,25	20,41
211	Dividas de terceiros - Curto prazo: Cilentes c/c	168 820,41	0.32	223 808.23	0.43	180 560,33	0.38	67 595,65	0.14	108 699,09	0,22	60.81
212	Contribuinte c/c	100 020,41	0,32	223 008,23	0,43	100 500,33	0,30	24 030.93		30 725,20	0,06	27,86
212	Utentes c/c							98 384,86		117 499,27	0,08	19,43
218	Clientes, cont. e utentes de cobrança duvidosa	158 055,34	0,30	241 340,58	0,46	260 847.23	0.55	296 362,04	0.62	293 384,62		-1,00
24	Estado e outros entes públicos	150 055,54	0,00	241 040,00	0,40	191.01	0,00	7 054,49	0,01	9 974,39	0,02	41,39
262+263+267+	The state of the s		0.26			100000000000000000000000000000000000000					the second	
268	Outros devedores	1 037 108,98	1,98	1 108 080,42	2,10	1 122 170,74	2,36	860 374,93	1,79	716 213,02	1,42	-16,76
291	Provisões para cobranças duvidosas	135 705,30	0,26	220 227,40	0,42	241 995,94	0,51	265 687,76	0,55	265 687,76	0,53	8
		1 228 279,43		1 353 001,83	2,57	1 321 773,37	2,78	1 088 115,14	2,26	1 010 807,83	2,01	-7,10
	Depósitos em instit.financeiras e caixa	1 1 1 1				4 1			1	11111111111111	CT ITE	
12	Depósitos em inst financeiras	666 290,69	1,27	371 224,54	0,71	416 468,29	0,87	1 014 038,53	2,11	2 209 192,14	4,39	117,86
11	Caixa	1 414,21	0,00	4 180,04	0,01	2 827,50	0,01	2 143,84		6 489,58		202,71
		667 704,90	1,28	375 404,58	0,71	419 295,79	0,88	1 016 182,37	2,11	2 215 681,72	4,41	118,04
	Acréscimos e diferimentos		57777505				990,000			111111111111111111111111111111111111111	TE LOUIS	
271	Acrés cimos de proveitos	1 192 321,58	2,28	1 655 108,93		174 098,83	0,37	214 402,39		196 472,49		-8,36
272	Custos diferidos	7 288,16	0.01	14 014,59		3 075,09	0,01	4 649,17	0,01	4 649,17	0,01	
	H2070 (200) (200	1 199 609,74		1 669 123,52	STATE OF THE PERSON NAMED IN	177 173,92	AND ASSESSMENT	219 051,56		201 121,66		-8,19
	Total do ativo	52 345 307,74	100,00	52 645 058,24	100,00	47 627 383,83	100,00	48 107 134,12	100,00	50 275 132,69	100,00	4,51







Fundo Patrimonial

Os fundos próprios do Município ascendem a 22.353.064,57€, apurando um resultado líquido de 922.943,83€.

Código	100 No. 100 No. 100	2012		2013		2014		2015		1° SEM 2016		Variação
contas	Fundos próprios	Valor	%	1º SEM								
POCAL		500000		3,555,75	265	07.007.000.0	85.	3000000	650			2016/2015 (%)
	Fundos próprios:									and the	15.40	
51	Património	44 508 637,81	85,03	44 508 637,81	84,54	44 763 937,81	93,99	44 763 937,81	93,05	44 763 937,81	89,04	
575	Subsídios	194 575,52	0,37	197 700,52	0,38	197 700,52	0,42	197 700,52	0,41	197 700,52	0,39	
576	Doações	313 084,59	0,60	330 345,07	0,63	330 521,07	0,69	331 217,82	0,69	331 217,82	0,66	
577	Reservas decorrentes de transf.de activos	6 234,69	0,01	6 234,69	0,01	6 234,69	0,01	6 234,69	0,01	6 234,69	0,01	
578	Dação em cumprimento		50			187 150,28	0,39	187 150,28	0,39	228 881,60	0,46	22,30
59	Resultados transitados	-18 528 593,54	-35,40	-20 899 567,09	-39,70	-21 316 645,43	-44,76	-24 542 671,38	-51,02	-24 097 851,70	-47,93	-1,81
88	Resultado líquido do exercício	-2 370 973,55	-4,53	-417 078,34	-0,79	-3 226 025,95	-6,77	444 819,68	0,92	922 943,83	1,84	107,49
	TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS	24 122 965,52	46,08	23 726 272,66	45,07	20 942 872,99	43,97	21 388 389,42	44,46	22 353 064,57	44,46	4,51

Passivo

O Passivo total (incluindo provisões, acréscimos e diferimentos, FAM e operações não orçamentais) sofreu uma oscilação positiva de 4,5% face a 2015, ascendendo a 27.922.068,12€.

Código		2012		2013		2014		2015		1° SEM 20	16	Variação
POCAL	Passivo	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	1° SEM 2016/2015 (%)
	Passivo:										W.	
292	Provisões para riscos e encargos	769 505,78	1,47	767 237,13	1,46	874 328,96	1,84	306 132,65	0,64	306 132,65	0,61	
		769 505,78	1,47	767 237,13	1,46	874 328,96	1,84	306 132,65	0,64	306 132,65	0,61	NEW YORK
	Dividas a terceiros - Médio e longo prazo:									The second second	BUILDE	
2312	Divídas a instituições de crédito	5 583 749, 16	10,67	7 419 389,22	14,09	6 715 260,36	14,10	6 005 413,93	12,48	7 348 508,34	14,62	22,36
2689	Credores diversos - Outros			1 795 139,00	3,41	1 562 707,11	3,28	1 686 763,86	3,51	1 532 670,60	3,05	-9,14
		5 583 749,16	10,67	9 214 528,22	17,50	8 277 967,47	17,38	7 692 177,79	15,99	8 881 178,94	17,67	15,46
	Dividas a terceiros - Curto prazo:										N/PSIA	
269	Adiantamentos por conta de vendas	99 817,18	0,19	74 407,25	0,14	59 185,36	0,12	59 785,36	0,12	51 914,86	0,10	-13, 16
221	Fornecedores, c/c	1 822 955,07	3,48	980 614,00	1,86	524 364,14	1,10	95 996,33	0,20	176 349,74	0,35	83,70
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	7	1 1	* 1	-	* 1		80 273,83	0,17	8 899,22	0,02	-88,91
261	Fornecedores de imobilizado	2 202 357,25	4,21	571 168,12	1,08	253 173,36	0,53	58 229,93	0,12	44 626,60	0,09	-23,36
24	Estado e outros entes públicos	90 288,92	0,17	142 788,79	0,27	73 667,69	0,15	112 790,49	0,23	102 769,67	0,20	-8,88
62+263+267+ 268	Outros credores	1 844 356,21	3,52	174 120,16	0,33	133 977,35	0,28	629 235,65	1,31	589 693,35	1,17	-6,28
217	Garantias e Cauções	39 755,86	0,08	39 755,86	0,08	39 755,86	0,08	14 468,05	0,03	14 468,05	0,03	
	1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	6 099 530,49	11,65	1 982 854,18	3,77	1 084 123,76	2,28	1 050 779,64	2,18	988 721,49	1,97	-5,91
	Acréscimos e diferimentos										The Park	
273	Acréscimos de custos	432 540,29	0,83	474 091,51	0,90	555 495,89	1,17	429 134,43	0,89	411 092,70	0,82	-4,20
274	Proveitos diferidos	15 337 016,50	29,30	16 480 074,54	31,30	15 892 594,76	33,37	17 240 520, 19	35,84	17 334 942,34	34,48	0,55
		15 769 556,79	30,13	16 954 166,05	32,20	16 448 090,65	34,53	17 669 654,62	36,73	17 746 035,04	35,30	0,43
	Total do passivo	28 222 342,22	53 92	28 918 785,58	54 93	26 684 510,84	56,03	26 718 744,70	55 54	27 922 068,12	55 54	4,50

Total dos fundos próprios e do passivo 52 345 307,74 | 100,00 | 52 645 058,24 | 100,00 | 47 627 383,83 | 100,00 | 48 107 134,12 | 100,00 | 50 275 132,69 | 100,00 | 4,51







Demonstração dos Resultados

Do apuramento dos proveitos e custos relativos ao primeiro semestre de 2016, obtém-se um resultado líquido do exercício de 922.943,83€. Todavia, o Município só regista as amortizações no final do exercício, situação que a ser contabilizada mensalmente conduziria a um resultado diferente do apresentado.

Recomenda-se por isso a prática de registo das amortizações e reposição dos subsídios ao investimento mensalmente, ou trimestralmente.

		2012		2013		2014		1º SEM 2	015	2016		1º SEM 2	016	Variação
	Custos e perdas	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	1° SEM 2016/1° SEM 2015 (%)
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias													
01	consumidas	259 635,76	2,28	364 251,46	2,73	355 051,65	2,90	-7 923,91	-0,13	377 232,77	2,85	129 513,49	2,28	-1 734,46
62	Fornecimentos e serviços externos	3 283 102,24	28,83	3 479 636,87	26,09	3 552 297,06	29,06	1 946 384,55	32,83	3 809 303,65	28,81	2 037 304,49	35,85	4,67
63	Transf.subs. correntes conced. e prest.sociais	1 037 907,46	9,11	1 058 382,95	7,93	1 222 085,67	10,00	530 363,55	8,95	1 045 110,10	7,90	486 670,55	8,56	-8,24
64	Custos com o pessoal	4 045 901,06	35,52	4 327 725,62	32,44	3 733 969,18	30,54	1 734 263,30	29,25	3 455 765,89	26,13	1 786 587,75	31,44	3,02
66	Amortizações do exercício	3 850 206,32	33,81	3 840 604,64	28,79	3 966 406,91	32,44			3 472 765,79	26,26	The state of the s		60
67	Provisões do exercício	56 637,67	0,50	61 515,38	0,46	223 088,93	1,82	365 313,37	6,16	86 632,14	0,66			-100,00
65	Outros custos perdas operacionais	94 970,93	0,83	58 933,02	0,44	56 485,97	0,46	23 759,18	0,40	103 775,93	0,78	93 160,13	1,64	292,10
	(A) Custos e perdas operacionais	12 628 361,44	110,88	13 191 049,94	98,89	13 109 385,37	107,22	4 592 160,04	77,45	12 350 586,27	93,40	4 533 236,41	79,78	-1,28
68	Custos e perdas financeiros	232 713,90	2,04	272 770,69	2,04	306 548,73	2,51	102 934,32	1,74	189 547,84	1,43	88 654,83	1,56	-13,87
	(C) Custos e perdas financeiras	232 713,90	2,04	272 770,69	2,04	306 548,73	2,51	102 934,32	1,74	189 547,84	1,43	88 654,83	1,56	-13,87
	CUSTOS E PERDAS CORRENTES	12 861 075,34	112,92	13 463 820,63	100,93	13 415 934,10	109,73	4 695 094,36	79,19	12 540 134,11	94,84	4 621 891,24	81,34	-1,56
69	Custos e perdas extraordinários	898 978,74	7,89	292 766,96	2,19	2 036 163,90	16,65	52 303,72	0,88	237 860,02	1,80	137 630,16	2,42	163,14
	(E) Custos e perdas extra ordinários	898 978,74	7,89	292 766,96	2,19	2 036 163,90	16,65	52 303,72	0,88	237 860,02	1,80	137 630,16	2,42	163,14
88	Resultado liquido do exercício	-2 370 973,55	-20,82	-417 078,34	-3,13	-3 226 025,95	-26,39	1 181 635,76	19,93	444 819,68	3,36	922 943,83	16,24	-21,89
	TOTAL GERAL	11 389 080,53	100,00	13 339 509,25	100,00	12 226 072,05	100,00	6 929 033,84	100,00	13 222 813,81	100,00	5 682 465,23	100,00	-4,16

		2012		2013		2014		1° SEM 2	015	2016		1° SEM 2	016	Variação
	Proveitos e ganhos	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	1° SEM 2016/1° SEM 2015 (%)
71	Vendas e prestações de serviços	1 057 066,08	9,28	1 038 346,34	7,78	1 161 050,61	9,50	703 387,48	11,86	1 206 484,92	9,12	657 944,10	11,58	-6,46
72	Impostos e taxas	1 663 712,60	14,61	2 450 927,67	18,37	2 001 036,06	16,37	1 118 689,75	18,87	2 059 042,29	15,57	1 096 714,58	19,30	-1,96
75	Trabalhos para a própria entidade	6 864,22	0,06			154 663,16	1,27							
74	Transf. e subsidios obtidos	7 225 285,97	63,44	7 439 145,39	55,77	7 167 320,28	58,62	3 770 136,07	63,59	7 541 327,48	57,03	3 602 568,49	63,40	-4,44
76	Outros proveitos e ganhos operacionais			1,30					HELL					
	(B) Proveitos e ganhos operacionais	9 952 928,87	87,39	10 928 420,70	81,93	10 484 070,11	85,75	5 592 213,30	94,32	10 806 854,69	81,73	5 357 227,17	94,28	4,20
78	Proveitos e ganhos financeiros	551 446,60	4,84	927 209,98	6,95	744 432,47	6,09	278 225,06	4,69	740 389,17	5,60	236 559,27	4,16	-14,98
	(D) Proveitos e ganhos financeiros	551 446,60	4,84	927 209,98	6,95	744 432,47	6,09	278 225,06	4,69	740 389,17	5,60	236 559,27	4,16	-14,98
	PROVEITOS E GANHOS CORRENTES	10 504 375,47	92,23	11 855 630,68	88,88	11 228 502,68	91,84	6 870 438,36	99,01	11 547 243,86	87,33	5 593 786,44	98,44	4,71
79	Proveitos e ganhos extraordinários	884 705,06	7,77	1 483 878,57	11,12	997 569,47	8,16	58 595,48	0,99	1 675 569,95	12,67	88 678,79	1,56	51,34
	(F) Proveitos e ganhos extra ordinários	884 705,06	7,77	1 483 878,57	11,12	997 569,47	8,16	58 595,48	0,99	1 675 569,95	12,67	88 678,79	1,56	51,34
	TOTAL GERAL	11 389 080,53	100,00	13 339 509,25	100,00	12 226 072,05	100,00	6 929 033,84	100,00	13 222 813,81	100,00	5 682 465,23	100,00	-4,16

RESUMO:	2012	2013	2014	1° SEM 2016	2016	1º SEM 2016	VARIAÇÃO 1° SEM 2016/1° SEM 2015 (%)
Resulta dos operacionais (B) - (A)	-2 675 432,57 -23,49	-2 262 629,24 -16,96	-2 625 315,26 -21,47	1 000 053,26 16,87	-1 543 731,58 -11,67	823 990,76 14,50	-17,61
Resulta dos financeiros (D) - (C])	318 732,70 2,80	654 439,29 4,91	437 883,74 3,58	175 290,74 2,96	550 841,33 4,17	147 904,44 2,60	-15,62
Resulta dos correntes (B+D) - (A+C)	-2 356 699,87 -20,69	-1 608 189,95 -12,06	-2 187 431,52 -17,89	1 175 344,00 19,82	-992 890,25 -7,51	971 895,20 17,10	-17,31
Resultado líquido do exercicio (B+D+F) - (A+C+E)	-2 370 973,55 -20,82	417 078,34 -3,13	-3 226 025,95 -26,39	1 181 635,76 19,93	444 819,68 3,36	922 943,83 16,24	-21,89





C - ANÁLISE DAS PRINCIPAIS CONTAS

Classe 4 - IMOBILIZADO

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 30/06/2016;
- Apreciação dos aumentos, alienações, abates e transferências;
- Apreciação das amortizações efetuadas no período.

Comentários

Face ao início perspetivado para 1 de janeiro de 2017, do novo Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP), assente em novos conceitos e julgamento profissional, nomeadamente a definição de ativo, o modelo do justo valor, o princípio da substância sobre a forma, requer que a atualização desta área do balanço se torne imperativa, constituindo assim uma oportunidade para uma melhoria substancial ao nível do relato financeiro.

Para o efeito é necessário desde já levar a efeito o início dos trabalhos necessários à identificação e mensuração precisa dos ativos por registar, desreconhecer, ajustar ou transferir para outras contas.

Para além da aplicação da Estrutura Conceptual, importa levar em conta as seguintes Normas de Contabilidade Pública (NCP):

NCP	3	Ativos Intangíveis
NCP	4	Acordos de Concessão de Serviços: Concedente
NCP	5	Ativos Fixos Tangíveis
NCP	6	Locações
NCP	8	Propriedades de Investimento
NCP	9	Imparidade de Ativos
NCP	10	Inventários
NCP	11	Agricultura

Consideramos ser esta a área de maior mudança a ser implementada no novo sistema de normalização contabilistica para a administração pública.







Bens de Domínio Público

Os bens de domínio público (#45) oscilaram positivamente em 994.820,61€, destacando-se a rubrica de imobilizações em curso.

Código				SALDO FINAL			Variação
contas	Activo	2012	2013	2014	2015	1° SEM 2016	1° SEM 2016/2015
	Bens de domínio público						
451	Terrenos e recursos naturais	187 377,06	192 312,87	204 622,87	204 622,87	217 122,87	12 500,00
452	Edificios	402 725,05	402 725,05	402 725,05	557 753,31	557 753,31	
453	Outras construções e infra-estruturas	52 038 178,99	52 461 850,15	52 971 848,81	54 393 767,06	54 393 767,06	
455	Bens do patrim.hist.,art. e cultural	551 844,09	628 216,12	628 216,12	628 216,12	628 216,12	
445	Imobilizações em curso	722 366,66	738 121,56	522 982,20	570 096,96	1 552 417,57	982 320,61
485	Amortizações acumuladas	-33 737 082,85	-36 612 529,74	-39 503 884,36	-41 814 248,82	-41 814 248,82	
	Total	20 165 409,00	17 810 696,01	15 226 510,69	14 540 207,50	15 535 028,11	994 820,61

Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas apresentam-se como segue:

Código contas	Activo		SA	ALDO FINAL			Variação
		2012	2013	2014	2015	1° SEM 2016	1° SEM 2016/2015
	Imobilizações incorpóreas:						
431	Despesas de Instalação	27 063,92	27 063,92				
432	Despesas de invest.e de desenvolvimento	402 985,05	423 680,35	281 465,59	756 246,39	761 473,89	5 227,50
433	Propriedade Ind. Outros Direitos	4 620,19	4 740,19	4 863,86	9 185,77	9 185,77	5 3
443	Imobilizações em curso	124 302,07	114 268,40	98 685,55	46 103,92	46 103,92	
483	Amortizações acumuladas	-373 975,67	-379 130,39	-275 860,55	-359 526,44	-359 526,44	
	Total	184 995,56	190 622,47	109 154,45	452 009,64	457 237,14	5 227,50

Face ao SNC-AP, esta conta merece uma análise profunda, nomeadamente pelo desreconhecimento de algumas das suas componentes.

c) Imobilizações Corpóreas

				SALDO FINAL			Variação
	Activo	2012	2013	2014	2015	1° SEM 2016	1° SEM 2016/2015
	Imobilizações corpóreas:						
421	Terrenos e recursos naturais	7 255 406,14	7 688 378,34	7 681 669,59	7 678 589,59	7 657 538,80	-21 050,79
422	Edificios e outras construções	22 047 829,69	25 502 646,42	25 536 762,35	25 651 956,55	25 526 962,59	-124 993,96
423	Equipamento básico	3 204 460,11	3 262 083,15	3 302 428,31	3 902 852,02	3 953 476,84	50 624,82
424	Equipamento de transporte	1 602 524,23	1 721 198,94	1 692 136,09	1 698 136,09	1 774 334,59	76 198,50
425	Ferramentas e utensílios	106 584,75	108 647,18	110 024,53	111 494,90	108 799,31	-2 695,59
426	Equipamento administrativo	892 817,77	915 425,02	925 228,10	1 008 494,18	1 022 094,86	13 600,68
429	Outras imobilizações corpóreas	127 829,90	129 205,60	129 415,92	136 883,37	136 883,37	
442	Imobilizações em curso	814 323,53	8 280,00	38 635,94			
482	Amortizações acumuladas	-9 220 878,72	-10 181 504,97	-11 041 629,23	-11 953 139,06	-11 911 941,30	41 197,76
	Total	26 830 897,40	29 154 359,68	28 374 671,60	28 235 267,64	28 268 149,06	32 881,42







d) Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros ascendem a 2.439.660,67€, não se tendo verificado qualquer alteração face ao fecho de 2015.

			SALDO FINAL								
	Ativo	2011	2012	2013	2014	2015	1° SEM 2016				
	Investimentos financeiros:										
411	Partes de capital	36 850,00	36 850,00	36 850,00	36 750,00	36 750,00	36 750,00				
412	Obrigações e títulos de participação					585 364,03	585 364,03				
414	Investimentos em Imóveis	2 021 917,20	2 021 917,20	1 988 497,74	1 988 497,74	1 988 497,74	1 988 497,74				
481	Amortizações acumuladas	-95 952,36	-111 488,64	-117 063,22	-131 824,18	-134 201,10	-134 201,10				
491	Provisões para investimentos financeiros				-36 750,00	-36 750,00	-36 750,00				
	Total	1 962 814,84	1 947 278,56	1 908 284,52	1 856 673,56	2 439 660,67	2 439 660,67				

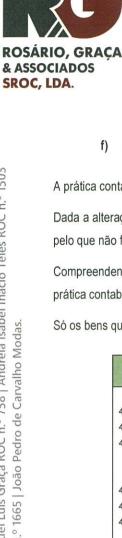
Imobilizações em curso

No tocante ao imobilizado em curso, recomenda-se uma avaliação das contas em aberto, para que a sua conclusão possa ser operada aquando da sua entrada em uso, ponderadas eventuais faturas de revisão de preços ainda não apresentadas. Torna-se importante que este trabalho seja constante para que o património Municipal possa estar devidamente apurado, registado em conformidade e refletidas as perdas de valor, nos termos do Cadastro de Inventário dos Bens do Estado -CIBE.

Face à transição para o SNC-AP importa proceder à análise e reconhecimento como concluído, ou mesmo desreconhecimento sempre que não cumpra os requisitos apropriados, quer em termos do disposto na Estrutura Conceptual quer da NCP aplicável.

2520		2015	AUMENTO	1° SEM 2016
	Imobilizações em curso	Valor	AUMENIO	Valor
443	Imobilizações incorpóreas			
	- Estudo "Análise do Desempenho das Infraestruturas do Concelho de Estremoz" (40 %)	5 341,05		5 341,05
	- Estudo "Análise do Desempenho das Infraestruturas do Concelho de Estremoz" (30 %)	4 689,79	- AME I SO	4 689,79
	- Projecto "Instalação do Front-Office na CME" - 20 % do Valor Total	5 760,00		5 760,00
	- Projecto "Instalação do Front-Office na CME" - 20 % do Valor Total	5 760,00		5 760,00
	- Projecto "Remodelação Rede Abast.Dist.Água S.Bento Cortiço" - 30 % do Valor Total	12 295,08		12 295,08
	- Projecto "Remodelação Rede Pública Águas Residuais S.Benro Cortiço" - 30 % do Valor Total	11 047,86		11 047,86
	- Projecto "Execução Ciclovia no Canal Ferroviário Desactivado da REFER	1 210,14		1 210,14
	TOTAL (#443)	46 103,92		46 103,92
445	Bens de domínio público			
	- Reabilitação do Convento Santo António e sua Adaptação a Centro de Ciência (Projecto) - Santa	141 207,00		141 207,00
	- Arruamentos - Zona Industrial Arcos	81 837,00		81 837,00
	- Arruamentos "Fonte do Imperador e Evoramonte" (Obra em Curso)	26 074,77		26 074,77
	- Drenagem "Aldeia de Mourinhos" - Glória (85 % do valor do Projeto)	25 510,20		25 510,20
	- Remodelação Rede Pública Águas Residuais S.Bento Cortiço		20 254,41	20 254,41
	- Remodelação de Rede de Abastecimento e Distribuição de Água de S. Bento do Cortiço		22 540,98	22 540,98
	- Remodelação da ETAR - (Obra em Curso)			
	- Inf. ⊟éctricas "⊟ectrificação da Herdade da Faia" (Obra em Curso)	2 208,48	36 511,86	38 720,34
	- Infraestruturas Diversas - Zona Industrial Arcos (em curso)	83 123,01		83 123,01
	- Infraestruturas Diversas - Zona Industrial Arcos (Obra em Curso)	54 587,40		54 587,40
	- Infraestruturas Diversas - Zona Industrial Arcos (Obra em Curso)	30 565,50		30 565,50
	- Infraestruturas Diversas - Zona Industrial Arcos (Obra em Curso)	124 983,60	903 013,36	1 027 996,96
	TOTAL (#443)	570 096,96	982 320,61	1 552 417,57
	TOTAL	616 200,88	982 320,61	1 598 521,49





f) Amortizações Acumuladas

A prática contabilística adotada até ao ano de 2014, era a de contabilização de amortizações de forma trimestral.

Dada a alteração ocorrida no início do ano de 2015 a nível informático, a boa prática contabilística deixou de ser efetuada, pelo que não foi registado qualquer valor a título de amortização dos bens afetos ao imobilizado.

Compreendendo-se a dificuldade de implementação do novo programa, propõe-se que logo que possível se retome essa prática contabilística.

Só os bens que foram abatidos é que sofreram depreciação.

	Imahilisada	2015	REDUÇÃO/ABATES	1° SEM 2016
	Imobilizado	Valor	REDUÇAU/ABATES	Valor
	Bens de domínio público:			
4852	Edificios	183 149,35		183 149,35
4853	Outras construções e infra-estruturas	41 533 231,56		41 533 231,56
4855	Bens Patrim. Hist. Artist. Cult.	97 867,91		97 867,91
		41 814 248,82		41 814 248,82
	Imobilizações incorpóreas:			
4831	Despesas de Instalação			
4832	Desp. Investig. e de Desenvolv.	351 840,67		351 840,67
4833	Propried. Ind. outros Direitos	7 685,77		7 685,77
		359 526,44		359 526,44
	Imobilizações corpóreas:			
4822	Edificios e outras construções	6 407 429,82	38 441,85	6 368 987,97
4823	Equipamento básico	2 997 909,48	49,30	2 997 860,18
4824	Equipamento de transporte	1 417 549,38		1 417 549,38
4825	Ferramentas e utensílios	108 827,22	2 695,59	106 131,63
4826	Equipamento administrativo	909 564,45	11,02	909 553,43
4829	Outras imobilizações corpóreas	111 858,71		111 858,71
		11 953 139,06	41 197,76	11 911 941,30
	Investimentos Financeiros			
4811	Terrenos e recursos naturais	99 120,00		99 120,00
4812	Edificios e outras construções	35 081,10		35 081,10
		134 201,10		134 201,10
	TOTAL	54 261 115,42	41 197,76	54 219 917,66

2. Classe 3 – COMPRAS E EXISTÊNCIAS

a) O valor das existências ascende a 147.446,50€, tal como é apresentado no quadro seguinte:

	CONTA	2012	2013	2014	2015	1° SEM 2016	Variação 1º SEM 2016/2015
36	Existências: Matérias-primas, subsidiarias e de consumo	121 133,15	183 565,63	142 130,45	116 639,60	147 446,50	30 806,90
	TOTAL	121 133,15	183 565,63	142 130,45	116 639,60	147 446,50	30 806,90





No primeiro semestre de 2016 foram efetuadas contagens físicas dos bens que se encontram em armazém. b)

Desta forma foi dado cumprimento ao estipulado na Norma do Sistema de Controlo Interno, a qual refere que as contagens de inventário devem ser efetuadas semestralmente ou quando se entender necessário (art.º 37º do SCI).

No final do exercício, deve ser definida uma nova contagem de inventário, a efetuar em data a acordar com o armazém de forma a dar cumprimento ao estabelecido no regulamento do sistema de controlo interno, garantindo-se a segregação de funções (acompanhamento do inventário por parte da área financeira).

No final do exercício sugerimos o apuramento do montante relativo a aquisição de matérias-primas, subsidiárias c) e de consumo sem movimento, desde pelo menos o final do ano de 2014, de forma a constituir possíveis provisões/imparidades para depreciação de existências, quanto aos bens sem operacionalidade para as atividades municipais, bem como aproveitar a mudança para o SNC-AP, para identificação de todos os bens obsoletos e em face do levantamento efetuado, proceder ao seu envio para sucata.

Classe 2 - CONTAS A RECEBER

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 30/06/2016;
- Apreciação das conciliações efetuadas pelo Município;
- Apreciação das provisões necessárias para fazer face aos riscos identificados.

Comentários

O valor líquido das dívidas a receber ascende ao montante de 1.010.807,83€, tal como é apresentado no quadro a) seguinte:

				SALDO FINAL			Variação
	CONTA	2013	2014	1° SEM 2015	2015	1° SEM 2016	1° SEM 2016/ 2015
21.1	- Clientes c/c	223 808,23	180 560,33	326 179,61	67 595,65	108 699,09	41 103,44
21.2	- Contribuinte c/c			27 288,54	24 030,93	30 725,20	6 694,27
21.3	- Utentes			102 245,37	98 384,86	117 499,27	19 114,41
21.8	- Cobrança Duvidosa	241 340,58	260 847,23		296 362,04	293 384,62	-2 977,42
24	Estado e outros entes Públicos		191,01		7 054,49	9 974,39	2 919,90
26	Outros Devedores						
26.8.1	Devedores diversos				100 000,00		-100 000,00
26.8.2	Devedores de transf. Para autarquias locais	1 101 080,42	1 122 170,74	1 081 873,19	760 374,93	716 213,02	-44 161,91
26.8.8	- Outros Devedores	7 000,00					
291	Provisões	-220 227,40	-241 995,94	-241 995,94	-265 687,76	-265 687,76	
	TOTAL	1 353 001,83	1 321 773,37	1 295 590,77	1 088 115,14	1 010 807,83	-77 307,31

Os Município têm dado cumprimento à entrega dos ficheiros mensais SAFT - T.





b) Quanto aos clientes de cobrança duvidosa, apenas no final do exercício é revista esta conta, bem como a necessidade de reforço, redução ou anulação de provisões.

	20.000.000			SALDO FINA	L		Variação
CONTA		2012	2013	2014	2015	1° SEM 2016	1° SEM 2016/2015
21.1	- Clientes c/c	168 820,41	223 808,23	180 560,33	67 595,65	108 699,09	41 103,44
21.2	- Contribuinte c/c		1950	*	24 030,93	30 725,20	6 694,27
21.3	- Utentes				98 384,86	117 499,27	19 114,41
21.8	- Cobrança Duvidosa	158 055,34	241 340,58	260 847,23	296 362,04	293 384,62	-2 977,42
291	Provisões	-135 705,30	-220 227,40	-241 995,94	-265 687,76	-265 687,76	
	TOTAL		244 921,41	199 411,62	220 685,72	284 620,42	63 934,70

c) A conta #26.8.2 refere-se aos valores a receber de projetos em curso, ainda por receber.

#26.8.2	Devedores de transf. Para autarquias locais	2013	2014	1°S 2015	2015	1°S 2016
	FEDER	1 101 080,42	1 122 170,74	1 081 873,19	514 542,95	489 398,90
	Outros				245 831,98	226 814,12
	TOTAL	1 101 080,42	1 122 170,74	1 081 873,19	760 374,93	716 213,02

As verbas a receber estão associadas aos seguintes projetos: (a diferença 3.407 € = (716.213 - 712.806), imaterial apurada está em regularização

OPERAÇÃO	DESIGNAÇÃO	P/RECEBER 1° SEM 2016
A LENT-09-0141-FEDER-001625	Aquisição e Reabilitação do Palácio dos Marqueses de Praia e Monforte	157 802
ALENT-09-0141-FEDER-001162	Intervenção nas Artérias Públicas Estruturantes	79 854
A LENT-09-0141-FEDER-000663 Mercado Municipal - Edifício Comercial e Espaço Público Contíguo Estremoz		58 855
ALENT-09-0141-FEDER-001626	Reconversão da Praça de Touros de Estremoz e adaptação a Espaço Multifunções	138 490
A LENT-09-0550-FEDER-000357	Rede Viária Municipal - Beneficiação	27 899
	TOTAL	462 900
POVT-12-0146-FCOES-000290	Ampliação Infraest.Abastecimento Águas e Águas Residuais	226 814
111	TOTAL	226 814
ATFDR-01-0273-FEDER-000204	Elaboração Plano Estrat Desen Urbano Estremoz	5 228
0336_CTPTR_4_E	Terras Rayanas	17 864
	TOTAL	23 092
	TOTAL GERAL	712 806







Classe 1 - DISPONIBILIDADES

Trabalho efetuado

- Apreciação dos saldos apresentados no balancete à data de 30/06/2016;
- Apreciação das conciliações bancárias efetuadas pelo Município;
- Apreciação do saldo registado em tesouraria com referência a 30/06/2016;

Comentários

a) A classe de disponibilidades apresenta os seguintes valores:

		CONTA	SALDO FINAL							
		CONTA	2012	2013	2014	2015	1º SEM 2016			
11	Caixa	78		Ī						
	11.1	Caixa A - Tesouraria	414,21	3 180,04	1 827,50	1 143,84	3 014,58			
	11.2	Caixa B - Postos Descentralizados	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00			
	11.8	Fundo de Maneio					2 475,00			
20		TOTAL	1 414,21	4 180,04	2 827,50	2 143,84	6 489,58			

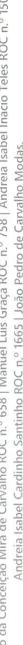
		CONTA		5	SALDO FINAL	-	
		CONTA	2012	2013	2014	2015	1° SEM 2016
12	Depósi	tos em Instituições Financeiras					
	12 101	Caixa Geral de Depósitos	607 397,74	334 261,71	371 484,59	858 114,09	1 014 054,91
	12 102	Banco Santander Totta	13 723,42	2 000,00	1 997,87	2 217,87	1 067 193,80
	12 103	Caixa de Crédito Agrícola	7 568,32	1 800,03	4 226,04	33 967,61	43 239,77
	12 104	Millenium BCP	4 260,28	11 234,38	1 865,60	2 781,66	2 745,66
	12 105	Novo Banco	11 924,91	5 048,51	22 806,81	97 911,29	27 035,34
	12 106	Banco Português de Investimento	16 349,22	10 791,73	7 615,38	15 468,19	27 429,79
	12 107	Caixa Económica Montepio Geral		4 248,65	4 248,65	3 577,82	3 953,21
	12 108	BIC	5 066,80	1 839,53	2 223,35		23 539,66
E		TOTAL	666 290,69	371 224,54	416 468,29	1 014 038,53	2 209 192,14

Em termos de composição do saldo de gerência, apura-se a seguinte desagregação:

See and the second	2012	2013	2014	2015	1° SEM 2016
- Execução orçamental	376 012,59	98 013,57	191 620,56	821 171,55	1 976 333,38
- Operações de tesouraria	291 692,31	277 391,01	227 675,23	195 010,82	239 348,34
Saldo da gerência	667 704,90	375 404,58	419 295,79	1 016 182,37	2 215 681,72

Foram obtidas e analisadas as reconciliações bancárias à data 30/06/2016, efetuadas pela contabilidade, devendo estes mesmos trabalhos ser mantidos, para que no final do exercício todos os itens em aberto sejam decorrentes de valores em trânsito, com data inferior a 6 meses.







Conta 27 - ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS - ATIVOS

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 30/06/2016;
- Apreciação das estimativas efetuadas pelo Município.

Comentários

CONTA		SALDO FINAL						
	CONTA	2012	2013	2014	2015	1° SEM 2016		
27	Acrés cim os e diferimentos					decorate and		
27.1	- Acrés cim os de proveitos							
	Juros a Receber	46,14		4,27		or a spiner		
	Outros	1 192 275,44	1 655 108,93	174 094,56	214 402,39	196 472,49		
27.2	- Custos diferidos					tiges orbapp		
	Outros	7 288,16	14 014,59	3 075,09	4 649,17	4 649,17		
allers.	TOTAL	1 199 609,74	1 669 123,52	177 173,92	219 051,56	201 121,66		

A observância dos princípios contabilísticos definidos no POCAL na elaboração das demonstrações financeiras, no caso concreto o princípio da especialização dos exercícios, conduz à assunção dos custos e dos proveitos quando incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que ocorra o seu pagamento ou recebimento.

Recomenda-se que em fase de fecho de contas, este princípio seja aplicado, nomeadamente quanto a faturação de janeiro de 2017 referente a consumos de água e restantes componentes de 2016; a apólice de seguros e alugueres de equipamentos, pagos em 2016, e que respeitam ao ano de 2017; os impostos diretos referentes à receita de IMI, IUC, IMT e Derrama, recebidos em 2017 e que respeitam ao ano de 2016; outros rendimentos de 2016, recebidos no ano de 2017.

Classe 5 - FUNDOS PRÓPRIOS

O quadro seguinte apresenta a variação ocorrida no primeiro semestre nos Fundos próprios:

Rubricas	Saldo inicial 1-1-2016	Aumentos de património	Aplicação dos resultados	Resultado do exercício	Saldo final 30-06-2016
51 - Património	44 763 937,81				44 763 937,81
57 - Reservas :	722 303,31	41 731,32			764 034,63
575 - Subsídios	197 700,52	200			197 700,52
576 - Doações	331 217,82				331 217,82
577 - Res.decor.da transf.de activos	6 234,69				6 234,69
578 - Dação em cumprimento	187 150,28	41 731,32			228 881,60
59 - Resultados transitados	-24 542 671,38	2010/	444 819,68		-24 097 851,70
88 - Resultados líquido do exercício	444 819,68		-444 819,68	922 943,83	922 943,83
TOTAL	21 388 389,42	41 731,32	TO A SEC.	922 943,83	22 353 064,57

Os movimentos ocorridos resultam de: - 41.731,32 € do processo de loteamento - empresa Rolibanha; - 444.819,68€ -Aplicação do resultado líquido do exercício de 2015; - 922.943,83€ - Resultado líquido apurado no 1º semestre de 2016.







Classe 2 - DÍVIDAS A PAGAR

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 30/06/2016;
- Apreciação das conciliações efetuadas pelo Município;
- Testes às dívidas a Fornecedores, Estado e outros entes públicos, Instituições de Crédito, e a outros credores.

Comentários

Quanto ao valor das dívidas a pagar (incluídas provisões, empréstimos, FAM e operação não orçamentais), o mesmo a) ascende a 10.176.033,08€, apresentando uma oscilação positiva de 1.126.943€, face ao ano de 2015, tal como é apresentado no quadro seguinte. O aumento está refletido ao nível dos empréstimos obtidos, uma vez que na sua maioria as restantes componentes apresentam uma variação negativa.

				SALDO	FINAL			Variação
	CONTA	2011	2012	2013	2014	2015	1° SEM 2016	1° SEM 2016/2015
21.7	Cauções	39 755,86	39 755,86	39 755,86	39 755,86	14 468,05	14 468,05	
22	Fornecedores	1 876 707,14	1 822 955,07	980 614,00	524 364,14	176 270,16	185 248,96	
	- Fornecedores c/c	1 873 878,14	1 816 860,30	980 614,00	524 364,14	95 996,33	176 349,74	80 353,41
	- Fornecedores Factoring	2 829,00	6 094,77					
	- Fornecedores em recepção e conferência	-				80 273,83	8 899,22	-71 374,61
23	Empréstimos Obtidos	5 606 834,02	5 583 749,16	7 419 389,22	6 715 260,36	6 005 413,93	7 348 508,34	
	- Médio Longo Prazo	5 606 834,02	5 583 749,16	7 419 389,22	6 715 260,36	6 005 413,93	7 348 508,34	1 343 094,41
24	Estado e Outros Entes Públicos	72 665,09	90 288,92	142 788,79	73 667,69	112 790,49	102 769,67	-10 020,82
26	Outros Credores	7 466 536,87	4 146 530,64	2 614 834,53	2 009 043,18	2 434 014,80	2 218 905,41	
26.1	- Fornecedores de Imobilizado	6 955 350,78	2 202 357,25	571 168,12	253 173,36	58 229,93	44 626,60	-13 603,33
26.2	- Pessoal		343,40	480,76	2 747,20		1 923,04	1 923,04
26.3	- Sindicatos	949,06	878,08	824,66		9,50	689,11	679,61
26.7	- Consultores, Assessores e Intermediários						1 819,66	1 819,66
26.8.1	- Dev. e Cred. das Administrações Públicas					512 761,13	463 840,03	-48 921,10
26.8.4	- Cred. De Transf.Aut.Locais	129 433,48	129 327,92	17 378,02			- sisteman h	
26.8.5	- Cred.p/Dep. Garantia	256 551,91	202 975,71	155 285,47	128 789,01	116 465,02	121 421,51	4 956,49
26.8.9	- Cred. Diversos - Outros	27 154,03	1 510 831,10	1 795 290,25	1 565 148,25	1 686 763,86	1 532 670,60	-154 093,26
26.9	- Adiantamentos por conta de vendas	97 097,61	99 817,18	74 407,25	59 185,36	59 785,36	51 914,86	-7 870,50
29	Provisões	769 505,78	769 505,78	767 237,13	874 328,96	306 132,65	306 132,65	
29.2	Provisões para riscos e encargos	769 505,78	769 505,78	767 237,13	874 328,96	306 132,65	306 132,65	
	TOTAL	15 832 004,76	12 452 785,43	11 964 619,53	10 236 420,19	9 049 090,08	10 176 033,08	1 126 943,00

De modo a dar cumprimento ao estabelecido no art.º 18.º, da norma de controlo interno, devem ser efetuadas reconciliações a fornecedores e outros credores. Assim em sede de encerramento do exercício propomos a sua execução.

Para efeitos de fecho de contas do exercício, todas as faturas recebidas com data até 31/12/2016, devem ser devidamente contabilizadas, mesmo que a sua entrada no Município tenha ocorrido após aquela data.







Na conta de fornecedores correntes e de imobilizado, as entidades com maior representatividade assumem são as seguintes:

#22	- Fornece dores	2015	1°SEM 16	
	CREIXOAUTO, S.A.	11 042,94		
	REPSOL, S.A.	REPSOL, S.A.	26 902,58	12 757,85
	GESAMB	18 797,49	22 588,06	
	JOSÉ CARRILHO MARQUES, LDA.	14 416,00		
	CIMAC		41 171,80	
	EDP COMERCIAL		24 445,94	
	PROSSEGUR		15 645,60	
	TOTAL	71 159,01	116 609,25	
	TOTAL # 22	176 270.16	185 248,96	
		40,37%	62,95%	

#26.1	- Fornecedores Imobilizado C/C	2015	1°SEM16
	ALEXANDRE CORREA SÁ TABORDA FERREIRA	25 270,00	25 270,00
	JERFI - PROJETOS E CONSULTADORIA, LDA.	23 342,94	
	PROENGEL		8 515, 29
	SOC.IND.CUCUJÃES, S.A.		9 195,48
FIR	TOTAL	48 612,94	42 980,77

TOTAL # 26.1	58 229,93	44 626,60
	83,48%	96,31%

O pagamento das amortizações dos empréstimos tem vindo a ser cumprido, apresentando-se o valor dos mesmos conforme quadros seguintes:

		S	ALDO FINAL			Variação
CONTA						1° SEM
	2012	2013	2014	2015	1° SEM 2016	2016/2015
EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS	5 583 749,16	4 874 312,06	4 365 958,38	3 851 887,13	5 292 869,13	
- Caixa Geral de Depósitos	2 126 297,25	1 796 956,13	1 605 496,68	2 086 002,11	1 970 985,64	-115 016,47
- Novo Banco	209 018,00	180 990,00	152 962,00	124 934,00	110 920,00	-14 014,00
- Banco BPI	1 172 353,72	1 083 051,62	992 263,95	900 227,21	853 657,70	-46 569,51
- Caixa Crédito Agrícola	829 638,35	702 001,69	574 365,03	446 728,37	382 910,04	-63 818,33
- Caixa Geral de Depósitos	1 246 441,84	1 111 312,62	1 040 870,72	293 995,44	274 395,75	-19 599,69
- Santander Totta					1 700 000,00	1 700 000,00
OUTROS OBTIDOS		2 545 077,16	2 349 301,98	2 153 526,80	2 055 639,21	
- Estado PAEL		2 545 077,16	2 349 301,98	2 153 526,80	2 055 639,21	-97 887,59
TOTAL	5 583 749,16	7 419 389,22	6 715 260,36	6 005 413,93	7 348 508,34	1 343 094,41





CONTA		VAR	IAÇÃO		GARANTIAS
CONTA	2015		DIMINUIÇÕES	1° SEM 2016	GARANTIAS
EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS					
- Caixa Geral de Depósitos			1		
Emp. 9015006467491	500 755,75		15 168,76	485 586,99	(a)
Emp. 26/687/0019	294 267,68		43 063,56		Contract of the Contract of th
Emp. 9015/001312/787/0019	322 405,12	1	19 932,18		
Emp. 9015/006875/091	409 764,41		10 722,70		
Emp. 9015/006876/991	300 475,99		7 676,93	6774CALIBERGES - 5.00 Mgc . 15	
Emp. 90150069870991	258 333,16	1	18 452,34		The second secon
Emp. 9015003378791	144 710,92		9 647,39	AND THE PROPERTY OF THE PARTY OF THE PARTY.	
					33 /99.00
Emp. 9015001054587	85 536,25		5 702,42		THE RESERVE AND ADDRESS OF THE PARTY OF THE
Emp. 9015001175287	63 748,27		4 249,88	59 498,39	(b)
- Novo Banco	-				
Emp. 231/25299/250.9	39 590,00		7 918,00	31 672,00	
Emp. 231/14188/200.2	50 974,00		3 641,00	47 333,00	222 252 22
Emp. 231/14188/211.8	34 370,00		2 455,00	31 915,00	220 652,00
- Banco BPI					
Emp. 22263418300001	414 290,97		22 483.80	391 807,17	723 196,00
Emp. 22263541830002	485 936,24		24 085,71	461 850,53	
L10. 22233341333322	100 000,21		2,000,7,	,01,000,00	
- Caixa Crédito Agrícola					
Emp. 59055067079	446 728,37		63 818,33	382 910,04	382 910,00
			- 3		
		112	1		
- Santander Totta					
Emp. 003200495360560		1 700 000,00		1 700 000,00	
OUTROS OBTIDOS					
- Estado PAEL	2 153 526,80		97 887,59	2 055 639,21	-772 /
TOTAL	6 005 413,93	1 700 000,00	356 905,59	7 348 508,34	2 704 682,00

Os montantes em dívida respeitantes aos empréstimos obtidos foram confirmados através do mapa de Central de Responsabilidades de Crédito, obtido através do Banco de Portugal, com exceção do empréstimo PAEL.

d) Os valores retidos, referentes ao Estado e outros entes públicos têm vindo a ser pagos.

	CONTA		SALDO FINAL					
	CONTA	2012	2013	2014	2015	1° SEM 2016		
24	Estado e Outros Entes Públicos							
24.2	- Retenção de impostos s/rendimento	20 464,65	36 713,41	30 826,67	34 468,16	49 945,86		
24.2.1	- Trabalho dependente	18 769,00	34 261,37	27 601,00	26 367,00	44 956,00		
24.2.2	- Trabalho independente	1 695,65	2 452,04	3 225,67	4 470,00	4 032,09		
24.2.4.2	- IRC - Prediais				1 940,16	128,77		
24.2.6	- Trabalho dependente - Sobretaxa				1 691,00	829,00		
24.3	- NA	8 731,34	19 232,91					
24.4	- Restantes impostos	534,05	232,15	47,52				
24.5	- Contribuições p/Seg.Social	49 462,70	75 048,43	28 068,61	77 235,80	52 543,80		
24.6	- Outras	281,57	1 961,34	187,56				
24.9	- Outras Tributações	10 814,61	9 600,55	14 537,33	1 086,53	280,01		
	TOTAL	90 288,92	142 788,79	73 667,69	112 790,49	102 769,67		





e) Os credores diversos discriminam-se como se segue:

26.8.9 - Cred. Diversos - Outros	2013	2014	2015	1°SEM16
OFNITRO COOKS E PARCOUNA RE CANTO ANDRÉ	00.75			440.00
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SANTO ANDRÉ	28,75			119,82
DIREÇÃO GERAL DO TESOURO E FINANÇAS	1 795 139,00	1 562 707,11	1 320 805,60	1 196 258,76
ASSOCIAÇÃO DE JOVENS VEIRENSES		386,76	366,55	
ASSOCIAÇÃO CRIADORES OVINOS DA REGIÃO ESTREMOZ				27 000,00
CONTEMPORANEUS - ASSOC. PROMOÇÃO DA ARTE		1 168,08		
GRUPO DESPORTIVO DE SANTIAGO		770,54		
RANCHO FOCLORICO AS AZEITONEIRAS DE S. BENTO		115,76	46,30	
RANCHO FOCLORICO ROSAS MAIO CASA POVO V.			232,04	
SOCIEDADE FILARMONICA VEIRENSE				4 225,02
MOTO CLUBE DE ESTREMOZ	122,50			
LIGA DOS COMBATENTES				639,23
AGUAS LISBOA E VALE DO TEJO/AGUAS C.ALENTEJO			365 313,37	304 427,77
TOTAL	1 795 290,25	1 565 148,25	1 686 763,86	1 532 670,60

O saldo da Direção Geral do Tesouro e Finanças é referente ao processo de acordo quanto ao pagamento em prestações da expropriação de terrenos a que o Município foi condenado, relativo à Zona Industrial dos Arcos. As prestações têm vindo a ser cumpridas nos prazos acordados (desconto direto no FEF).

Conta 29 - PROVISÕES

As provisões apresentam o valor apresentado no quadro a seguir apresentado, não se tendo verificado alterações face ao encerramento do ano de 2015

ATIVO

	CONTA	SALDO FINAL
CONTA		1° SEM 2016
29	PROVISÕES	
29.1	Para Clientes Cob. Duv Clientes	
	Mais de 6 meses	27 428,19
	Mais de 1 ano	166 253,66
	- Utentes	**
	Mais de 6 meses	3 246,10
	Mais de 1 ano - Devedores e Credores Diversos	41 630,07
	Mais de 1 ano	27 129,74
	TOTAL	265 687,76

PASSIVO

	CONTA	SALDO FINAL
	CONTA	1° SEM 2016
29.2	Para Ris cos e Encargos - Processos Judiciais em Curso	
	Processo 1/06.5 Beja	2 000,00
	Processo 358/08.3 Beja	40 000,00
	Processo 564/11.3 TBETZ	1 500,00
	Processo 28/12.8 BEBJA	199 692,33
	Processo 122/15.3 BEBJA	62 940,32
	TOTAL	306 132,65
	TOTAL	571 820,41





Conta 27 - ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS - PASSIVO

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 30/06/2016;
- Apreciação das estimativas efetuadas pelo Município.

Comentários

Os acréscimos e diferimentos são compostos pelos seguintes saldos:

	CONTA			SALDO FINAL		
	CONTA	2012	2013	2014	2015	1° SEM 2016
27	Acréscimos e diferimentos					
27.3	- Acréscimos de custos					
	- Seguros a liquidar	381,30	138,23			Ship - I
	- Remunerações a liquidar	390 687,14	431 043,18	407 932,82	402 643,77	391 345,30
	- Juros a liquidar			22 935,51	10 336,24	10 336,24
	- Outros acréscimos de custos	41 471,85	42 910,10	124 627,56	16 154,42	9 411,16
27.4	- Proveitos diferidos					ALCONOCCO:
	- Subsídios para investimento	15 337 016,50	16 292 924,26	15 892 594,76	17 240 520,19	17 334 942,34
	- Outros		187 150,28			
	TOTAL	15 769 556,79	16 954 166,05	16 448 090,65	17 669 654,62	17 746 035,04

Tal como já havia sido referido aquando dos acréscimos e diferimentos ativos, recomenda-se, para efeitos de encerramento de contas, que seja dado cumprimento ao princípio da especialização do exercício, nomeadamente quanto à estimativa de férias, subsídio de férias e respetivos encargos a pagar em 2017, respeitantes a 2016; valor de juros a liquidar de empréstimos a pagar em 2017, relativos a 2016, encargos com o visto de contas a favor do Tribunal de Contas, consumos de energia, comunicações e outros considerados relevantes e a avaliar na oportunidade.

Para além destas estimativas, o valor das efetuadas em 2015, deve ser regularizado.

Os subsídios ao investimento refletem o montante de 17.334.942,34€, conforme abaixo discriminado.

Propõe-se a revisão dos valores apresentados no final do semestre a negativo:

	CONTA	1° SEM 2016
2745	Subsídios ao investimento Exterior COOPERAÇÃO FINANCEIRA	
274511130301	Viadutos, arruamentos e obras comp.	-19 391,24
274541108	Softw are informático	-1 625,99

Acresce ainda propor a prática contabilística de transferência trimestral (à semelhança do proposto para as amortizações) para resultados dos subsídios ao investimento proporcionalmente às amortizações do imobilizado, que lhe estão subjacentes.





	CONTA	2015	AUMENTOS	OUTROS	1° SEM 2016
2745	Subsídios ao investimento			Chance of the Control	The state of the s
	Exterior				
	COOPERAÇÃO FINANCEIRA				
274511110302	Instalações desportivas e recreativas	70 191,18			70 191
274511111002		2 101,42			2 101
274511130301	Viadutos, arruamentos e obras comp.			-19 391,24	-19 391
		72 292,60		-19 391,24	52 901
27454110301	Instalações de serviços	1 780 528,24			1 780 528
27454110302	and the state of t	1 031 177,19			1 031 177
27454110303	COLUMN TO THE PROPERTY OF THE	1 109 877,45			1 109 877
27454110305	Escolas	999 583,08			999 583
27454110307	Outros edificios	721 055,11			721 055
		5 642 221,07	102 341 - 222		5 642 221
27455110403	Estação de tratamento aguas residuais	vitta e cerat	19 017,86	GEFTEL SELECT	19 017
27455110406		195 195,25		-11-11-11-11	195 195
27445110413	Outros	1 907 013,48			1 907 013
		2 102 208,73	19 017,86		2 121 226
274541108	Software informático	4 126,82	10 0 11 ,000	-5 752,81	-1 625
274541109	Equipamento administrativo	2 984,00		0 702,01	2 984
27454111002		164 414,14	73 044,62		237 458
274541113		22 781,11	70044,02		22 781
27454130201		18 113,01	als self-research	50.75	18 113
27454130301	Viad., Arruame obras complem	1 943 988,70	41 294,08	The state of the s	1 985 282
27454130301			41 294,00		633 72
27454130302		633 721,34			
	Estações de trat de águas residuais	25 309,87			25 309
27454130304	lluminação Pública	190 716,49			190 716
27454130305	Parques e jardins	2 928,97			2 928
27454130307	Captação, tratam e dist. Água	817 916,10			817 916
27454130308	Viação Rural	1 684 957,85			1 684 957
27454130310	Infra-estrut.p/dist.energ.eléc	111 066,55			111 066
27454130313	Outros	138 391,57	5 227,50		143 619
		5 548 997,44	46 521,58	Rich Gu	5 595 519
	FUNDO DE COESÃO		1		
27454211002		381 932,96			381 932
	Instalações de Serviços	125 341,08			125 34
State - World W. Nebenbert 1971	Sistema de trat.aguas residuais	107 952,31			107 952
	Estação de tratamento aguas residuais	1 372 440,20		-19 017,86	1 353 422
27454230307	Captação e distribuição aguas	72 340,15			72 340
		2 060 006,70		-19 017,86	2 040 988
	INTERREG III A				
27454510302	the contract of the contract o	338 577,68			338 577
	Merc.instal.fiscaliz.sanitária	654 311,21			654 31
27454510307		229 225,77			229 225
27454510405	Parques e jardins	18 259,25			18 259
27454530313	Outras	62 256,84			62 256
27454510301	Instalações de Serviços	14 883,93			14 883
		1 317 514,68	Sec. 9.		1 317 514
	PITER- Eixo dos Mármores				
274546303131	Rossio M. Pombal	83 032,29			83 032
274546303132	lluminação do Lago	929,92			929
274546303133	Recuperação valoriz. Muralhas	25 628,72			25 628
		109 590,93		-	109 590
	Empresas				
274552	Outras	175 268,96			175 268
7.14		175 268,96	-		175 268
RANSE, ENTRE C	CONTAS P/INICIAÇÃO PROGRAMA		1,350.91		
			The second secon		







10. Custos e Perdas

a) Conta 61 - CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Esta conta merece acompanhamento face aos valores de inventário registado em existências em armazéns.

CONTA	2011	2012	2013	2014	1° SEM 2015	2015	1° SEM 2016
MERCADORIAS	161.874,20	139.159,40	214.038,42	214.951,29	E-MESTER.		
Mercadorias							
Gasóleo	161.874,20	139.159,40	214.038,42	214.951,29			
MATÉRIAS PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	164.053,49	120.476,36	150.213,04	140.100,36	-7.923,91	377.232,77	129.513,45
Matérias primas	98.925,67	56.663,07	57.650,02	60.525,71	-185,24	40.672,99	9.560,52
Materiais diversos	65.127,82	63.813,29	92.563,02	79.574,65	-7.738,67	121.781,05	39.685,0
Consumo para máquinas e viaturas						194.518,36	71.991,44
Economato						20.260,37	8.276,46
TOTAL	325.927,69	259.635,76	364.251,46	355.051,65	-7.923,91	377.232,77	129.513,4

b) Conta 62 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Esta conta apresenta a desagregação seguinte:

	CONTA	2012	2013	2014	1° SEM 2015	2015	1° SEM 2016	Variação 1º SEM 2016/1º SEM 2015	1° SEM 2016 Peso (%)
	Subcontratos						Mary and the	2010	According to the second
62102	Espect Culturais Recreativos	137 629,60	111 887,00	83 893,98					
62104	Limpeza Urbana	220 126,57	106 210,47						
62106	Iluminação Pública	317 656,98	321 610,42	342 032,41	1 707,07	358 904,26	111 720,71	110 013,64	5,48%
62107	Transportes Escolares	123 263.95	120 606.62	111 440,75	68 437,33	102 966,78	62 017,87	-6 419,46	3,04%
52108	Cantinas Escolares	79 852,52	88 827,19	70 729,30	40 889,26	71 991,19	44 660,24	3 770,98	2,19%
62109	Serv. Culturais, Rec Espetáculo		2 600,00		101 986,67	124 221,44	128 932,96	26 946,29	6,33%
62199	Outros		363 368 49	802 182.69	410 048.81	672 933.12	548 008,94	137 960,13	26,90%
	Fornecimentos e Serviços								10000000
62211	Bectricidade	495 619,35	442 514,73	463 675,12	279 518,66	483 036,12	293 197,91	13 679,25	14,39%
62212	Combustíveis	189 575.90	147 233.16	96 584.30	53 957.78	86 885,31	41 133,00	-12 824,78	2,02%
62213	Água	100 070,00	141 200,10	00 00 1,00	00 001,10	00 000,01			
62214	Outros Fluídos	189.00	1 185.13	196.89	173.32	173,32		-173.32	
62215	Ferramentas e Utensílios	3 019.13	2 701.72	7 350.22	1 631,80	2 514,38	929,92	-701,88	0.05%
62216	Livros	468.70	561.19	133,60	0.00	60,00	50,13	50.13	
62217	Material de Escritório	30 282,01	24 575,20	9 066,91	6 248,11	7 966,04	2 680,45	-3 567,66	0,13%
66218	Artigos para Oferta	1 400.63	2 892.66	2 383.69	18 612.30	20 876.74	7 923,59	-10 688,71	0,39%
52219	Rendas e Aluqueres	120 521,63	147 169,12	173 093.08	50 052.64	104 663,55	77 602,42	27 549,78	3.81%
52221	Despesas de representação	2 191,89	250,90	857,63	1 669,73	2 977,13	905,66	-764,07	0,04%
52222	Comunicação	71 564,11	78 184.16	73 602.78	40 514.83	73 534.99	36 972,44	-3 542,39	1,81%
52223		62 564.08	57 136.49	51 221.66	33 116.70	65 067,30	21 313,74	-11 802,96	1,05%
52225	Seguros	62 564,06		51 221,00	33 116,70	65 067,30	21313,74	-11 802,90	1,0376
	Transportes Mercadorias		18,45	607.66	200.67	E 200 E0	824,47	443,80	0.04%
62226	Transportes de Pessoal	1440.54	105.70	627,66	380,67	5 360,58	The second secon	111-934-035-033-03	0.01%
52227	Deslocações e Estadas	4 148,51	105,76	4 850,49	416,90	485,90	110,00	-306,90 9 699,78	15.55
52229	Honorários	28 346,51	106 582,08	67 522,50	96 665,60	194 864,54	106 365,38		5,22%
52231	Contencioso		1 932,04	1 736,15	1 200,84	1 661,21	883,67	-317,17	0,04%
52232	Conservação e Reparação	220 690,64	179 134,29	129 624,36	40 568,72	140 938,36	72 755,82	32 187,10	3,57%
52233	Publicidade e Propaganda	26 944,16	15 103,67	15 406,32	8 074,60	18 321,15	12 564,87	4 490,27	0,62%
52234	Limpeza Higiene e Conforto	22 314,05	133 000,89	234 175,62	170 375,35	484 063,52	93 330,60	-77 044,75	4,58%
52235	Vigilância e Segurança	66 613,30	24 826,96	22 488,36	31 521,38	32 934,55	18 741,19	-12 780,19	0,92%
52236	Trabalhos Especializados	240 484,26	188 424,53	213 066,17	62 553,61	201 314,63	96 652,05	34 098,44	4,74%
52237	Alimentação Roupas e Calçado	1 267,09		897,18					
52239	Recolha de Lixo				284,35			-284,35	
52240	Transportes Escolares				85,00			-85,00	
62241	Aluguer de Filmes	5 062,07	6 736,68						
62242	Material de Educ.Cult.Recreio	1 723,24	2 324,29	2 377,22		2 356,70	3 343,55	3 343,55	0,16%
52243	Mat. Honorífico e de Representação			184,50		85,00	871,76	871,76	0,04%
52244	AlimentRefei. Confecionadas		11/2						
52245	AlimentGéneros p/confecionar		426,73	504,29	202,74	346,19	210,23	7,49	0,01%
52246	Prod. Químicos e Farmaceuticos	18 632,95	14 369,62	2 756,25	2 548,49	3 613,26	3 363,73	815,24	0,17%
52249	Portagens	6 765,56	6 622,95	7 187,29	3 121,21	6 260,92	1 533,90	-1 587,31	0,08%
52290	Encargos de cobrança	46 610,16	49 065,99	48 285,81	29 809,70	51 050,13	12 573,35	-17 236,35	0,62%
62298	Outros FSE	646 475,63	614 372,02	494 395,76	390 010,38	486 875,34	235 129,94	-154 880,44	11,54%
523	Materiais Diversos	91 098,06	117 075,27	17 766,12					





Realçam-se as rubricas de subcontratos - outros (#62.199), eletricidade (#62.211) e outros fornecimentos e serviços externos (#62.298), já que representam as de maior peso na estrutura da conta.

c) Conta 63 - TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES

As transferências e subsídios correntes assumem o montante de 486.670,55€, refletindo um maior valor ao nível das transferências para as instituições sem fins lucrativos, freguesias e famílias.

	CONTA	2012	2013	2014	1° SEM 2015	2015	1° SEW 2016	Variação 1º SEM 2016/1º SEM 2015	1° SEM 2016 Peso (%)
63	TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES								
63.1	Tranferências correntes concedidas	1 037 155,46	1 058 382,95	1 222 085,67	525 522,74	1 045 110,10	485 482,19		
	- Serviços e fundos autónomos	26 084,49	21 074,40	17 263,20	125 N 0	16 312,80	3 242,00	3 242,00	0,67%
	- Associações de Municípios	82 863,50	59 334,56	48 952,53					
	- Municípios	4 446,03	8 974,47	4 453,13	4 185,61	4 185,61	The said	-4 185,61	
	- Freguesias	462 134,52	417 587,93	364 139,50	192 041,58	393 973,84	174 010,26	-18 031,32	35,76%
	- Instituições sem fins lucrativos	314 866,10	346 877,85	331 994,70	166 241,04	323 615,33	175 979,35	9 738,31	36,16%
	- Familias	146 760,82	204 533,74	455 282,61	162 899,51	306 867,52	132 250,58	-30 648,93	27,17%
	- Outros				155,00	155,00	2 2 2 3 4	-155,00	
63.2	Subsídios correntes concedidos - Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais - Frequesias				4 840,81		1 188,36		
	- Serviços e fundo autónomos				3 344,80		1 188,36	-2 156,44	0.24%
	- Outros			-	1 496,01			-1 496,01	100
63.8	Outras	752,00							
	TOTAL	1 037 907,46	1 058 382,95	1 222 085,67	530 363,55	1 045 110,10	486 670,55	-43 693,00	100,00%

d) Conta 64 - CUSTOS COM O PESSOAL

Os custos com o pessoal ascendem a 1.786.587,75€, tal como discriminado no quadro seguinte:

	CONTA	2012	2013	2014	1° SEM 2015	2015	1° SEM 2016	Variação 1º SEM 2016/1º SEM 2015	1° SEM 2016 Peso (%)
64	CUSTOS COM O PESSOAL								
64.1	Remunerações Órgãos Autárquicos	116 645,59	139 345,08	134 992,79	67 902,03	135 099,39	81 061,35	13 159,32	4,54%
64.2	Remunerações do pessoal	3 268 712,80	3 406 381,62	2 781 575,35	1 377 608,12	2 598 206,44	1 403 258,05		
	- Remunerações base	2 599 692,48	2 793 088,79	2 308 008,15	1 161 426,89	2 153 395,22	1 191 997,28	30 570,39	66,72%
	 Suplementos de remunerações 	617 166,43	556 635,23	420 724,40	206 946,03	426 370,89	202 762,61	-4 183,42	11,35%
	- Prestações sociais directas	17 849,63	21 667,48	19 442,45	9 235,20	18 440,33	8 498,16	-737,04	0,48%
	- Remun.de Pessoal - Outras	34 004,26	34 990,12	33 400,35	Las reprince				
64.3	Pensões	2 246,82	3 081,82	9 669,96	1 176,96	1 176,96	ac marting to	-1 176,96	0,00%
64.5	Encargos s/ Remunerações	545 401,31	650 159,34	676 290,49	235 415,96	614 559,79	245 156,05	9 740,09	13,72%
64.6	Seguros Acidentes Trabalho	21 691,89	25 591,99	16 223,63	7 987,10	16 757,09	4 982,46	-3 004,64	0,28%
64.8	Outros Custos com o Pessoal	89 708,65	100 785,77	113 742,96	44 173,13	89 966,22	52 129,84	7 956,71	2,92%
64.9	Formação com Pessoal	1 494,00	2 380,00	1 474,00					
	TOTAL	4 045 901,06	4 327 725,62	3 733 969,18	1 734 263,30	3 455 765,89	1 786 587,75	52 324,45	100,00%





Os suplementos e prestações sociais diretas e remuneração de pessoal - outros repartem-se como segue:

	CONTA	2012	2013	2014	1° SEM 2015	2015	1° SEM 2016	Variação 1º SEM 2016/1º SEM 2015
64	CUSTOS COM O PESSOAL							
	- Trabalho extraordinário	169 012,17	155 960,08	155 080,08	73 536,47	160 743,56	66 066,80	-7 469,67
	- Trabalho em regime de turnos	34 324,32	33 066,59	28 979,48	10 625,09	20 660,50	10 615,30	-9,79
	- Abono para falhas	4 228,21	4 199,45	4 187,94	1 903,75	3 732,32	1 933,55	29,80
	- Subsidio de refeição	312 812,39	324 741,91	185 006,29	88 350,57	173 981,04	92 082,55	3 731,98
	- Ajudas de custo	11 203,81	8 205,45	8 876,23	2 879,08	6 229,59	3 454,04	574,96
	- Outros suplementos	85 585,53	30 461,75	38 594,38	29 651,07	61 023,88	28 610,37	-1 040,70
	- Subsidio familiar a crianças e jovens	17 135,87	20 953,72	18 728,69	8 769,76	17 455,17	7 884,02	-885,74
	- Outras prestações familiares				465,44	985,16		-465,44
	- Outras prest. Acção Social	713,76	713,76	713,76			614,14	614,14
	- Representação	34 004,26	34 990,12	33 400,35			THE REAL PROPERTY.	
	TOTAL	669 020,32	613 292,83	473 567,20	216 181,23	444 811,22	211 260,77	-4 920,46

Conta 65 - OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

	CONTA	2012	2013	2014	1° SEM 2015	2015	1º SEM 2016	Variação 1º SEM 2016/1º SEM 2015	1° SEM 2016 Peso (%)
65	OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS						THE STATE OF STATE		
	Imposto sobre o rendimento	516,06	61,31	68,29					
	Outros Impostos	720,00					Plant Bridge		
	Taxas	46 074,62	43 257,07	45 256,06	12 086,59	34 791,74	21 129,71	9 043,12	22,68%
	Quotizações		5 710,34	1 980,00	6 780,34	59 591,94	67 391,82	60 611,48	72,34%
	Outros custos operacionais	47 660,25	9 904,30	9 181,62	4 892,25	9 392,25	4 638,60	-253,65	4,98%
	TOTAL	94 970,93	58 933,02	56 485,97	23 759,18	103 775,93	93 160,13	69 400,95	100,00%

As quotizações assumem a maior expressão e correspondem a verbas para a CIMAC e ANMP.

Conta 68 - CUSTOS E PERDAS FINANCEIROS

A conta de juros suportados (#68.1) discrimina-se como se segue, assumindo como maior expressão os juros decorrentes do empréstimo da CGD, PAEL e outros juros, destacando-se os juros inerentes ao acordo de pagamento da Zona Industrial dos Arcos.

	CONTA	2012	2013	2014	1° SEM 2015	2015	1° SEM 2016	Variação 1° SEM 2016/1° SEM 2015	1° SEM 2016 Peso (%)
68	CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS				E 1 1 1 C B (9)		(Called		
68.1	Juros Suportados	201 401,63	244 505,54	241 036,50	96 306,40	173 404,48	82 075,41	-14 230,99	92,58%
68.3	Amortizações de investimentos em imóveis	15 536,28	14 825,57	14 760,96	1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	2 376,92			
68.4	Provisões para aplicações financeiras			36 750,00	新一种启动		4000		
68.8	Outros	15 775,99	13 439,58	14 001,27	6 627,92	13 766,44	6 579,42	-48,50	7,42%
	TOTAL	232 713,90	272 770,69	306 548,73	102 934,32	189 547,84	88 654,83	-14 279,49	100,00%





		2012	2013	2014	1°SEW 2015	2015	1°SEM 2016
68.1	Juros Suportados				西番目 A		THE VALLE
	- Empréstimos Bancários						
	CGD	98 634,40	77 057,91	79 945,26	30 363,93	55 846,34	25 849,07
	NB	2 540,56	1 034,33	1 064,83	320,50	399,60	210,40
	BPI	23 478,55	9 545,26	9 627,70	3 006,12	3 744,69	1 583,08
	CCAM	15 674,15	4 611,59	3 156,72	889,50	580,42	107,32
	PAEL		45 078,89	74 487,87	31 083,12	53 465,26	28 650,28
	- Leasings	1 707,73	335,13				
	- Outros	59 366,24	106 842,43	72 754,12	30 643,23	59 368,17	25 675,26
	TOTAL	201 401,63	244 505,54	241 036,50	96 306,40	173 404,48	82 075,41

Conta 69 - CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS

	CONTA	2012	2013	2014	1° SEM 2015	2015	1° SEM 2016	Variação 1° SEM 2016/1° SEM 2015	1° SEM 2016 Peso (%)
69	TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CAPITAL								
69.1	Tranferências capital concedidas	102 375,00	108 182,23	93 725,40	50 798,71	78 619,26	32 650,04	-18 148,67	23,72%
69.2	Dívidas incobráveis		24 618,69						
69.3	Perdas em existências		**	68 440,78		19 406,94	V. 1	1	
69.4	Perdas em imobilizações	678 026,10	38 691,29	294 069,22	ar-tenne	130 070,16	93 884,22	93 884,22	68,21%
69.5	Multas	3 483,73	2 098,65			· · · · · ·			
69.7	Correções relativos exercícios anteriores	106 530,21	110 282,72	1 575 972,89	1 127,85	9 214,30	1 703,11	575,26	1,24%
69.8	Outras	8 563,70	8 893,38	3 955,61	377,16	549,36	9 392,79	9 015,63	6,82%
	TOTAL	898 978,74	292 766,96	2 036 163,90	52 303,72	237 860,02	137 630,16	85 326,44	100,00%

As perdas em imobilizações apresentam o maior valor, decorrentes dos abates de imobilizado.







11. Proveitos e Ganhos

a) Conta 71 - VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As vendas e prestações de serviços oscilaram de forma negativa em 45.443,38€, conforme se segue:

	CONTA	2012	2013	2014	1° SEM 2015	2015	1° SEM 2016	Variação 1° SEM 2016/1° SEM 2015	1° SEM 201
71	VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS				100			CEM ECTO	
71.1	Vendas	645 110,79	651 990,82	748 521,77	209 552,75	483 688,25	242 333,28		
	- Livros e Documentação Técnica	2 243,19	144,35	644,77	194,51	369,04	225,46	30,95	0,03%
	- Bens Inutilizados	2 029,20	9 176,12	29 798,13	2 083,32		23 639,00	21 555,68	3,59%
	- Publicações e Impressos	302,85	4,07	2 436,07					100000000000000000000000000000000000000
	- Agua	639 406,41	642 079,57	677 387,88	204 741,72	466 339,71	201 652,56	-3 089,16	30,65%
	- Inertes					16 469,92	(ei-ei-		
	- Outros	1 129,14	586,71	38 254,92	2 533,20	509,58	16 816,26	14 283,06	2,56%
1.2	Prestações de serviços	411 955,29	386 355,52	412 528,84	494 756,31	738 143,46	411 139,32		
	- Aluguer espaços e equipamentos						4 774,48	4 774,48	0,73%
	- Saneamento					1 084,20	1 084,20	1 084,20	0,16%
	- Resíduos Sólidos	140 437,14	141 121,28	147 456,72	69 743,56	142 649,52	65 958,89	-3 784,67	10,02%
	- Transp.Colect.Pessoas e Mercad	19 458,14	17 857,27	16 129,12	9 523,99	15 798,39	8 985,00	-538,99	1,37%
	- Trabalhos por conta particulares	10 794,61	574,32	5 707,61	1 189,35	1 189,35		-1 189,35	0,00%
	- Cemitérios	27 351,90	18 594,40	22 434,53	7 289,10	16 323,20	8 207,00	917,90	1,25%
	- Mercados e Feiras	84 651,53	82 015,80	95 412,79	139 643,26	149 578,99	136 048,40	-3 594,86	20,68%
	- Serviços Recreativos				8 767,35	21 953,56	13 314,05	4 546,70	2,02%
	- Serviços Culturais	35 463,52	30 175,89	20 370,68	345,75	2 627,32	2 016,30	1 670,55	0,31%
	- Serviços Desportivos	11 789,92	12 191,66	9 183,58	1 759,21	9 408,56	1 649,22	-109,99	0,25%
	- Outras	80 446,71	82 409,44	95 225,20	163 309,26	367 931,61	169 101,78	5 792,52	25,70%
	- Rendas Comerciais	236,86	1 346,66	562,99	84 152,19	1 004,74		-84 152,19	
	- Rendas Habitação	55,06	68,80	45,62	1 206,57	201,83	S STATE	-1 206,57	
	- Concessão de Exploração	1 269,90			7 826,72	8 392,19		-7 826,72	
1.3	Outras prestações de serviços						4 471,50	4 471,50	0,68%
1.6	Anulações				-921,58	-15 346,79		921,58	
100	TOTAL	1 057 066,08	1 038 346,34	1 161 050,61	703 387,48	1 206 484,92	657 944,10	-45 443,38	100,00%





Conta 72 - IMPOSTOS E TAXAS

Os montantes dos impostos diretos contabilizados foram conciliados com os valores inscritos na conta corrente do Portal das Finanças.

					上海 持有		The party	Variação	1° SEM 2016
	CONTA	2012	2013	2014	1° SEM 2015	2015	1° SEM 2016	1° SEM 2016/1° SEM 2015	Peso (%)
72	IMPOSTOS E TAXAS								
72.1	IMPOSTOS DIRECTOS	1 409 922,00	2 054 049,44	1 692 536,12	986 767,04	1 765 516,23	970 375,89		
	- IMI	886 659,64	1 140 185,31	1 122 759,33	685 878,45	1 126 581,65	644 501,48	-41 376,97	58,77%
	- IMT	295 078,10	562 443,13	183 577,79	164 731,28	253 752,44	198 503,06	33 771,78	18,10%
	- IUC	228 184,26	338 337,60	256 384,00	131 126,69	282 790,78	111 432,43	-19 694,26	10,16%
	- Derrama		13 083,40	129 815,00	5 030,62	102 391,36	15 938,92	10 908,30	1,45%
72.2	IMPOSTOS INDIRECTOS	53 066,90	191 460,77	124 191,49	42 635,24	85 394,58	51 057,20		
	- Mercados e Feiras	342,00	31 807,43	36 315,80	607,40	1 248,60	4 935,10	4 327,70	0,45%
	- Loteamentos de obras	42 114,16	151 035,10	77 789,34	14 804,93	25 027,62	13 227,47	-1 577,46	1,21%
	- Ocupação Via Pública	3 714,15	3 315,70	4 405,09	2 000,81	3 016,39	2 127,51	126,70	0,19%
	- Publicidade	2 130,90	1 491,31	1 141,70	482,20	665,50	4 010,29	3 528,09	0,37%
	- Saneamento				16 129,86	39 029,13	19 256,70	3 126,84	1,76%
	- Outros	4 765,69	3 811,23	4 539,56	8 610,04	16 407,34	7 500,13	-1 109,91	0,68%
72.4	TAXAS	200 723,70	205 417,46	208 300,53	92 142,90	207 177,02	74 705,27		
	- Mercados e feiras	42 624,37	9 695,06	4 299,98	16 682,10	32 971,60	9 334,60	-7 347,50	0,85%
	- Loteamentos de obras	13 217,59	8 376,05	19 577,67	11 085,75	23 297,01	8 147,89	-2 937,86	0,74%
	- Ocupação Via Pública	4 336,40	4 371,96	4 422,20	2 772,70	4 259,48	3 658,77	886,07	0,33%
	- Caça, Uso e Porte de Arma	263,87	341,21	239,37	135,02	252,30	9,63	-125,39	15
	- Saneamento	135 473,98	138 390,44	172 827,16	50 760,88	112 437,25	44 192,68	-6 568,20	4,03%
	- Outras	4 807,49	44 242,74	6 934,15	10 706,45	33 959,38	9 361,70	-1 344,75	0,85%
72.5	REEMBOLSOS E RESTITUIÇÕES			-23 992,08	-7 978,84	-11 352,49	-4 735,81	3 243,03	-0,43%
72.6	ANULAÇÕES				-9,34	-60,21		9,34	
72.8	OUTROS				5 132,75	12 367,16	5 312,03	179,28	0,48%
	TOTAL	1 663 712,60	2 450 927,67	2 001 036,06	1 118 689,75	2 059 042,29	1 096 714,58	-21 975,17	100,00%







c) Conta 74 - TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS

	CONTA	2011	2012	2013	2014	1° SEM 2015	2015	1° SEM 2016	Variação 1º SEM 2016/1º SEM 2015	1° SEM 2016 Peso (%)
74	TRANSFERÊNCIAS E SUB.OBTIDOS									
	Transferências Correntes	4 511 142,84	4 529 935,66	5 931 622,49	6 287 276,28	3 405 104,02	6 705 888,99	3 273 672,43		
	- Fundo Equilibrio Financeiro	3 628 097,00	3 734 447,00	4 979 263,00	5 459 909,00	2 823 300,00	5 646 606,00	2 864 448,00	41 148,00	79,51%
	- Fundo Social Municipal	240 297,76	197 278,00	197 278,00	197 302,00	138 183,00	243 439,00	121 716,00	-16 467,00	3,38%
	- Comparticipação fixa IRS	313 521,00	348 357,00	319 330,00	319 330,00	204 051,00	441 047,00	217 494,00	13 443,00	6,04%
	- Outras	329 227,08	215 993,34	423 835,44	310 735,28	239 570,02	374 796,99	70 014,43	-169 555,59	1,94%
	- Estado - Projectos co-financiados		33 860,32	11 916,05						
	Transferências de Capital	2 976 007,36	2 489 632,00	1 244 816,00	606 656,00	313 698,00	627 401,00	318 270,00		
	- Cooperação técnica e financeira	14 969,36								
	- Fundo Equilibrio Financeiro	2 961 038,00	2 489 632,00	1 244 816,00	606 656,00	313 698,00	627 401,00	318 270,00	4 572,00	8,83%
	FUNDOS E SERV AUTONOMOS	76 937,80	194 636,85	260 997,32	255 111,74	51 334,05	194 204,90	10 626,06	-40 707,99	0,29%
	EST PARTIC.COMUNI.PROJ.CO-FIN	11 800,85	11 081,46	1 709,58	18 276,26		13 832,59			
19.5	TOTAL	7 575 888,85	7 225 285,97	7 439 145,39	7 167 320,28	3 770 136,07	7 541 327,48	3 602 568,49	-167 567,58	100,00%

d) Conta 78 - PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS

Regista valores decorrentes, essencialmente, de rendas de imóveis da estação da rodoviária, antenas e concessão com a EDP.

	CONTA	2012	2013	2014	1° SEM 2015	2015	1° SEM 2016	Variação 1º SEM 2016/1º SEM 2015	1° SEM 2016 Peso (%)
78	PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS								10
78.1	Juros Obtidos	664,72	199,65	296,86	1,47	3,26		-1,47	
78.3	Rendimentos de Imóveis	549 276,82	924 566,64	739 050,05	277 521,63	739 683,95	236 559,27	-40 962,36	100,00%
78.8	Outros	1 505,06	2 443,69	5 085,56	701,96	701,96		-701,96	
2 50	TOTAL	551 446,60	927 209,98	744 432,47	278 225,06	740 389,17	236 559,27	-41 665,79	100,00%

e) Conta 79 - PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS

Os proveitos e os ganhos extraordinários ascendem ao montante de 88.678,79€:

	CONTA	2012	2013	2014	1° SEM 2015	2015	1° SEM 2016	Variação 1° SEM 2016/1° SEM 2015	1° SEM 2016 Peso (%)
79	PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS								
79.4	Ganhos em imobilizações		30 673,75	32 550,56		19,80			
79.5	Benefícios e penalidades contratuais	2 548,68	11 429,41	18 012,86	9 905,27	18 946,07	11 218,83	1 313,56	12,65%
79.6	Reduções de amortizações e provisões		6 391,67	94 228,56		631 136,63			
79.7	Ganhos exercícios anteriores	100 426,13	22 591,29	10 590,62	7 576,40	9 175,67	5 872,35	-1 704,05	6,62%
79.8	Outros	781 730,25	1 412 792,45	842 186,87	41 113,81	1 016 291,78	71 587,61	30 473,80	80,73%
	TOTAL	884 705,06	1 483 878,57	997 569,47	58 595,48	1 675 569,95	88 678,79	30 083,31	100,00%

As rubricas mais relevantes estão associadas à conta (#79.8), na sua maioria até à data do 1º semestre a juros de mora de consumo de água e outras componentes associadas e a pagamentos efetuados pela Refer, no âmbito de um protocolo relativo à antiga linha de caminho de ferro.





IV - CONTABILIDADE DE CUSTOS

Com a introdução da nova aplicação informática, o Município pretendia dar início em 2016 à implementação da contabilidade de custos. Todavia tal não se veio a verificar. Assim face à alteração do sistema contabilistico, para o SNC-AP, a iniciar em 1 de janeiro de 2017, importa tomar decisões quanto à obrigatoriedade de aplicação da norma NCP 27 -Contabilidade de Gestão e NCP 25 - Relato por Segmentos, de forma a dar cumprimento ao estabelecido para o futuro.

V – SITUAÇÃO ECONÓMICO - FINANCEIRA

Da análise quanto à situação financeira do Município podemos concluir que assistimos a uma melhoria, sendo que:

- O equilibrio orcamental encontra-se cumprido.
- Conforme balanço passivo, o valor da dívida a terceiros (incluindo provisões, empréstimos, FAM, operações de tesouraria) passou de 17,669 milhões de euros em 2015, para 17,746 milhões de euros no primeiro semestre de 2016. O aumento verificado em 76 mil euros não se apresenta relevante para a atividade municipal.
- A não existência de pagamentos em atraso.
- Conforme abaixo se apresenta, a dívida total encontra-se próximo do valor limite.

Do ponto de vista económico, face aos trabalhos a desenvolver quanto a:

- Encerramento de obras em curso;
- Reforço de provisões para cobranças duvidosas e eventuais riscos e encargos;
- Estimativas quanto a acréscimos e diferimentos a refletir;
- Registo de amortizações e reposição de subsídios ao investimento,

o resultado líquido do exercício irá sofrer esses impactos, cuja quantificação só poderá ser apurada após o desenvolvimentos dos trabalhos acima identificados.

De seguida apresentam-se alguns indicadores de gestão, endividamento e apreciação de prazo médio de pagamento.

a) Indicadores de Gestão

Indicam-se os principais indicadores e rácios referentes ao 1º semestre de 2016, comparativamente com os anos anteriores.







Componente Financeira

	2012	2013	2014	2015	1° SEM 2016
Custos e Perdas	13 760 054	13 756 588	15 452 098	12 777 994	4 759 521
Proveitos e Ganhos	11 389 081	13 339 509	12 226 072	13 222 814	5 682 465
Resultado Líquido do Exercício - RLE	-2 370 974	-417 078	-3 226 026	444 820	922 944

Componente Económica

	2012	2013	2014	2015	1° SEM 2016
Ativo Fixo Líquido (Imobilizado)	49 128 581	49 063 963	45 567 010	45 667 145	46 700 075
Ativo Circulante Líquido *	2 017 117	1 911 972	1 883 200	2 220 937	3 373 936
Ativo Líquido Total	52 345 308	52 645 058	47 627 384	48 107 134	50 275 133
Fundos Próprios	24 122 966	23 726 273	20 942 873	21 388 389	22 353 065
Passivo M/L Prazos	5 583 749	9 214 528	8 277 967	7 692 178	8 881 179
Passivo C/ Prazo (excepto Acresc./Diferim.)	6 869 036	2 750 091	1 958 453	1 356 912	1 294 854
Passivo C/ Prazo (excepto Acresc./Diferim. E Provisões)	6 099 530	1 982 854	1 084 124	1 050 780	988 721
Total Passivo	28 222 342	28 918 786	26 684 511	26 718 745	27 922 068
Solvabilidade (Fundos Próprios / Passivo)	85%	82%	78%	80%	80%
Autonomia Financeira (Fundos Próprios / Activo Líq.)	46%	45%	44%	44%	44%
Liquidez Geral (Activo Circulante / Passivo C.P.)	29%	70%	96%	164%	261%
Grau de Cobertura do Imobilizado (Fundos Próprios / Imob. Líq.)	49%	48%	46%	47%	48%
Endividamento M/L Prazos (Empréstimos/Total Passivo)	20%	32%	31%	29%	32%

^{*} Ativo Circulante Liquido= Disp.+Div.Rec.C.P.+Existências

b) Endividamento/Dívida Total

Conforme definido no artigo 52.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, do mesmo diploma legal, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Define ainda o mesmo artigo 52º que a dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º da já referida Lei, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais, pelo que não apresenta para o efeito qualquer tipo de exceção de empréstimos.

Todavia, a Lei nº 7-A/2016, de 30 de março, diploma que aprovou o do Orçamento do Estado para 2016, definiu no art.º 192°, a introdução do nº 5, ao art.º 52°, do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, que refere que:

Para efeitos do apuramento da dívida total dos municípios referida no n.º 1, não é considerado o valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com comparticipação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia e o valor das subvenções reembolsáveis ou dos instrumentos financeiros referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto -Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

Em nossa opinião esta alteração só assume relevo para empréstimos que vierem a ser contraídos, pelo que não foi considerada qualquer exceção no que respeita ao valor da dívida considerada para o apuramento da dívida total.





Neste sentido procedeu-se ao apuramento dos valores componentes da dívida do Município, conforme segue:

	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013	31-12-2014	31-12-2015	30-06-2016
Receita corrente liquida cobrada	8.607.398	7.974.536	10.224.450	10.686.085	11.065.759	11.028.741
Média nos 3 exercícios		8.935.461	1000 S. 1665			
Média nos 3 exercícios		********	9,628,357			
Média nos 3 exercícios		[-81491948946¶	10.658.764	KABAT	
			13.403.192	Limite da d de ope orçame:	rações itals em	
1,5 vezes a média da receila corrente liquida cobrada nos 3 exercícios anteriores		_		14.442.535	operaçõe	divida total de s orçamentais 1/12/2015
			15.988.147	Limite da d de ope orçamer 31/12	ıtais em	
PASSIVO	32.864.645	28.222.342	28 918 786	26.684.511	26 718 745	27.922.068
(-) PROVISÕES	769,506	769.506	767.237	874.329	306,133	306,133
(-) ADIANTAMENTOS POR CONTA DE VENDAS	97.098	99.817	74,407	59.185	59.785	51.915
(-) ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	17.032.640	15.769.557	16.954.166	16.448.091	17.669.655	17.746,035
(-) FAM					501,741	459.930
(-) OPERAÇÕES DE TESOURARIA	352.261	291.692	277.391	227.675	195.011	239,348
TOTAL DIVIDA ORÇAMENTAL (1)	14.613.140	11.291.770	10.845.584	9.075.231	7.986.420	9.118.708
CIMAC			12.393	18,180		79.328
ANMP			315	407	76.001	, 0,020
TOTAL CONTRIBUIÇÕES (2)	la de Gorgan Sanggo Ne.	150/456/1530/1580/1685/1	12.708		76.001	79.328
(2)	A DESCRIPTION OF SUM AND DRIE	A A A A DESCRIPTION	percentage 122100			
DIVIDA GLOBAL (1) + (2) (a)			10.858.292	9.093.818	8.062.421	9,198.036
MARGEM DE ENDIVIDAMENTO			2.544.900	5.348,717	6.380.114	6.790.111
LIMITE DE 20% DA MARGEM			508.980	1.069.743	1.276.023	1.358.022
LIMITE DO TOTAL DA DÍVIDA EM 31/12/2018						9,338,444
REDUÇÃO DE DÍVIDA				1.764,474	1,031,397	-1.135.615
					1,660,25	8

a) Apresenta uma diferença para a DGAL em parte pelo valor dos adiantamentos por conta de vendas, que a mesma não exceciona.

Em consequência dos limites impostos e do total do endividamento apurado constata-se a existência de margem de endividamento no valor de 6,8 milhões de euros. Contudo face à imposição do disposto no art.º 52º acima referido o limite de aumento da divida não pode ser superior a 1.276.023 €, ou seja 20% da margem existente no início do período (6.380.114€). O total da dívida no final de 2016, não poderá exceder 9.338.444 € (8.062.421 € + 1.276.023 €), apresentando à data do 1º semestre o valor de 9.198.036 €.

Ainda que apresentando uma margem para endividamento, importa referir que o artigo 52º, da lei das finanças locais, define que sempre que um município, não cumpra o limite previsto no n.º 1, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10 % do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo do previsto nos artigos 56º a 64º do mesmo diploma legal, entre os quais, mecanismos de alerta precoce e mecanismos de recuperação financeira (saneamento financeiro ou recuperação financeira, com recurso ao Fundo Apoio Municipal (FAM)).





Importa ainda referir a redução da dívida global em cerca de 1,7 milhões de euros, entre 2013 e junho de 2016.

Dado que nos encontramos a analisar o semestre não é possível concluir de forma objetiva sobre o valor a apurar no final do exercício, pelo que importa definir critérios rigorosos de controlo da dívida de forma a minimizar efeitos de incumprimento indesejáveis e de responsabilidade financeira para efeitos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, conforme descreve o artigo 52º, nº 4.

c) Prazo Médio de Pagamento

À data de 30 de junho de 2016, de acordo com o estabelecido na Resolução do Conselho de Ministros 34/2008, de 22 de fevereiro, o Prazo Médio de Pagamento (PMP) do Município, calculado de acordo com o indicado e definido nos termos do n.º 4, do Despacho 9870/2009, de 13 de abril de 2009, segundo a DGAL é de 8 dias, conforme se encontra divulgado no SIAL, com melhoria de 4 dias, face a 31 de dezembro de 2015.

Na consulta ao sistema e no reporte de informação mensal, verifica-se a não existência de pagamentos em atraso.

VI - CONCLUSÕES

Em termos conclusivos, em nossa opinião, assistimos a uma melhoria ao nível financeiro, como acima já referido.

Em resumo apresentam-se as ações e procedimentos que em nossa opinião merecem ser desenvolvidas e melhoradas:

- Preparação de trabalhos que permitam proceder ao relatório de avaliação dos riscos identificados, conforme definido no Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;
- 2) Uma adequada consolidação orçamental, com real estimativa de receitas e controlo integral do ciclo de despesa, contribuindo para os atuais níveis de endividamento dentro dos limites aceites, não existência de pagamentos em atraso, para além dos apuramentos necessários ao cálculo dos Fundos Disponíveis, no sentido da assunção de despesa, dentro dos limites de responsabilidade aceites pela legislação em vigor;
- 3) Registo dos compromissos futuros, permitindo uma leitura das responsabilidades futuras já assumidas;
- 4) Implementação de procedimentos inerentes à contabilidade de custos, apelando ao envolvimento de todos os Serviços Municipais, para além do consequente corte de operações ao nível do inventário, e apuramento de trabalhos para a própria entidade;
- 5) Garantir a segregação de funções na realização do inventário de 31/12/2016;
- Apuramento e registo das amortizações e reposição dos subsídios ao investimento na proporção das amortizações praticadas, pelo menos trimestralmente;





- Continuidade no registo mensal dos pedidos de pagamento aprovados;
- Continuidade no encerramento de obras em curso e quantificação dos trabalhos para a própria entidade em caso de obras por administração direta sempre que existam e cujo valor se traduza num ativo a capitalizar;
- Trabalhos de revisão dos bens objeto de inventariação quanto a ativos corpóreos, incorpóreos e bens de domínio público, de forma a proceder a abates de bens inoperacionais ou desatualizados, destacando-se equipamentos informáticos, licenças de software, equipamentos de pequeno porte, ferramentas, equipamentos escolares, projetos de imobilizações incorpóreas e outros a avaliar na oportunidade, sobretudo face à transição para o SNC-AP;
- 10) Desenvolver atempadamente processos de conciliação de terceiros (Clientes e Fornecedores) e inventários físicos a existências;
- 11) Avaliação junto dos serviços jurídicos e Advogados os processos judiciais em curso de forma a avaliar o efeito de eventuais provisões e outras contingências a registar ou divulgar no encerramento de contas;
- 12) Contabilização de todas as faturas de fornecedores com data de 31/12/2016, mesmo que a sua receção tenha ocorrido no início do exercício de 2017, para além do atempado registo mensal de faturas.

Estas ações foram discutidas com os responsáveis dos serviços, tendo-nos sido manifestado disponibilidade para adoção das medidas propostas.

Em sede de elaboração dos instrumentos de gestão previsionais para o ano de 2017 a 2020, o volume da despesa a transitar, os compromissos futuros já assumidos e os encargos com o pessoal, devem ser avaliados de forma a não condicionar as atividades a empreender. Acresce a sustentabilidade e consolidação orçamental, com adequada estimativa de receitas onde o controlo integral do ciclo de despesa e fundos disponíveis deve centrar a atenção dos Órgãos de Gestão.





VII - FACTOS RELEVANTES E OU OCORRIDOS APÓS O TERMO DE 30/06/2016

- ✓ Neste período de crise e dadas as restrições financeiras com que atualmente nos deparamos, de forma a prevenir a ocorrência de eventuais desvios e fraudes, afigura-se-nos ser importante dar atenção ao tema da fraude, nomeadamente os itens subjacentes à "Balança da fraude" e "Triângulo da fraude", assente nos pilares de "Pressões situacionais"; "Oportunidades de concretização"; e "Integridade Pessoal".
- ✓ Relativamente ao exercício orçamental de 2017, as ações a inscrever no quadro plurianual de 4 anos deve ser adequadamente perspetivada.

Efetivamente, com a entrada em vigor da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, os orçamentos são anuais, mas a sua elaboração é enquadrada num quadro plurianual de programação orçamental e tem em conta as projeções macroeconómicas que servem de base ao Orçamento do Estado. O Quadro plurianual de programação orçamental consta de documento que específica o quadro de médio prazo para as finanças da autarquia local.

O Quadro plurianual de programação orçamental define os limites para a despesa do Município, bem como para as projeções da receita discriminadas entre as provenientes do Orçamento do Estado e as cobradas pelo Município, numa base móvel que abranja os 4 exercícios seguintes. Os limites são vinculativos para o ano seguinte ao do exercício económico do orçamento e indicativos para os restantes.

De salientar que este documento deveria ter sido regulado por decreto-lei, o qual deveria ter sido publicado, sendo que até à data não é conhecida a sua publicação.

Dado que o orçamento deve ser presente à Assembleia Municipal até 31 de outubro, o horizonte temporal para a sua realização não é muito alargado, pelo que os trabalhos devem ser iniciados dentro em breve.

Admitimos que face à transição para o SNC-AP, onde a norma NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, se apresenta já divulgada, possa vir a ser uma oportunidade para a melhoria crescente da prática da contabilidade orçamental.

Acresce que se encontra também previsto a elaboração do Balanço e Demonstração dos Resultados previsionais para 2017. Estes novos documentos previsionais exigem um esforço adicional, merecendo uma definição adequada quanto aos pressupostos a assumir na sua elaboração.

✓ Ainda sobre a elaboração do orçamento de 2017, importa referir o disposto na Lei do Orçamento do Estado para 2016, no que concerne à inscrição de receita a título de alienação de imóveis, já que o artigo 64º do OE, impõe que a verba não pode ser superior à média aritmética simples das receitas arrecadas com a venda de bens imóveis nos últimos 36 meses que precedem o mês da elaboração do orçamento.





- Acresce o referido no artigo 56°, nº 3, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, quanto à evidência de apuramento durante 2 anos consecutivos de uma taxa de execução da receita prevista no orçamento não dever ser inferior a 85%, facto que foi conseguido nos anos de 2014 e 2015.
- Com a publicação do normativo contabilístico assente no SNC-AP, através:
 - Decreto-Lei, nº 192/2015, de 11 de setembro, que apresenta o seu articulado legislativo, traduz ainda:
 - ANEXO I Estrutura concetual da informação financeira pública;
 - ANEXO II Normas de contabilidade pública, compostas por:

		Tromas de contabilidade publica, compostas por
NCP	1	Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras
NCP	2	Políticas Contabilísticas, Alterações em Estimativas Contabilísticas e Erros
NCP	3	Ativos Intangíveis
NCP	4	Acordos de Concessão de Serviços: Concedente
NCP	5	Ativos Fixos Tangíveis
NCP	6	Locações
NCP	7	Custos de Empréstimos Obtidos
NCP	8	Propriedades de Investimento
NCP	9	Imparidade de Ativos
NCP	10	Inventários
NCP	11	Agricultura
NCP	12	Contratos de Construção
NCP	13	Rendimento de Transações com Contraprestação
NCP	14	Rendimento de Transações sem Contraprestação
NCP	15	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
NCP	16	Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio
NCP	17	Acontecimentos Após a Data de Relato
NCP	18	Instrumentos Financeiros
NCP	19	Benefícios dos Empregados
NCP	20	Divulgações de Partes Relacionadas
NCP	21	Demonstrações Financeiras Separadas
NCP	22	Demonstrações Financeiras Consolidadas
NCP	23	Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos
NCP	24	Acordos Conjuntos
NCP	25	Relato por Segmentos
NCP	26	Contabilidade e Relato Orçamental
NCP	27	Contabilidade de Gestão

- Anexo III Plano de Contas Multidimensional
- Manual de Implementação, elaborado pelo Comité de Normalização Contabilística Público (CNCP) da Comissão de Normalização Contabilística (CNC) (1 versão junho de 2016);



Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | João Pedro de Carvalho Modas.



- Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional
 - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;
- Portaria nº 218/2016, de 9 de agosto Regime Simplificado do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas,

e apesar de algumas críticas ao processo, não temos conhecimento de decisões para o não arranque dos trabalhos de transição que se impõem, de forma a dar suporte a uma correta aplicação do novo normativo contabilístico.

Neste sentido importa começar a preparação da transição para este novo paradigma, verificando-se em primeiro lugar a necessidade de formação interna de todos os que diretamente agem com o sistema contabilístico, para além da revisão das aplicações contabilística necessárias.

VIII - AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de realçar a disponibilidade dos Colaboradores, Técnicos e Dirigentes afetos à área financeira, que com empenho e reconhecido respeito, de uma forma pronta nos facultaram resposta aos assuntos e acompanhamento dos procedimentos solicitados.

Por fim e ao finalizar este relatório, não gueremos deixar de agradecer ao Sr. Presidente da Câmara e restantes Membros do Órgão Executivo, bem como a todos os Colaboradores dos Serviços do Município a colaboração que nos foi prestada e manifestar a nossa disponibilidade para prestar os esclarecimentos adicionais que sejam considerados convenientes.

Estremoz, 31 de agosto de 2016

Rosário, Graça & Associados, SROC, Lda.

Representada por

Maria do Rosário Carvalho (ROC n.º 658)

do Fosázio (amello